RELATÓRIO FINAL:
RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COMPLEXOS

Projeto EducaRIO:

PRÁTICAS INCLUSIVAS PARA ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).

Flávia Lima

Lilian Lobato

Marilene Neves

Pâmela Leal

Vânia Viana

Projeto Final e Plano de Ação desenvolvidos no âmbito do programa Líderes Cariocas 2024.

Rio de Janeiro
Novembro 2024

Índice:

SUMÁRIO EXECUTIVO..... 3
PARTE 2 – RELATÓRIO.....4
2.1 Análise do Problema.....4
2.2 Método.....8
2.3 Solução proposta.....15
3. Relatórios de Avaliação:..... 29
2.4 Benefícios esperados..... 30
2.5 Plano de Ação..... 32
2.5.1 Matriz de Stakeholders..... 35
2.5.2 Ferramenta 5W2H..... 40
2.6 Conclusão.....43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 45
ANEXO I - EMENTA DO CURSO DE FORMAÇÃO..... 49
ANEXO II - TABELA REFERENCIAL DE REMUNERAÇÃO DE H/A PARA PRESTADORES DE SERVIÇO NA ÁREA DE formação DE RECURSOS HUMANOS/2013 - D.O.RIO Nº 155 DE 29/10/2013 - PÁGINA 17 – 3ª COLUNA.....56
ANEXO III - Campanha de Sensibilização..... 57
ANEXO IV - Fotos da Visita ao Instituto Helena Antipoff.....65
ANEXO V - Pesquisa de Campo..... 67
ANEXO VI – Cronograma de Execução do Projeto EducaRIO: Práticas Inclusivas (Janeiro a Dezembro de 2025).....72
ANEXO VII – Tabela Resumo de Custo Total do Programa EducaRio..... 73

SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1 Problema Analisado

A rede municipal de educação do Rio de Janeiro, a maior da América Latina em número de escolas (Glat; Pletsch; Fontes, 2009), enfrenta desafios no atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial. Uma pesquisa com 35 profissionais dessa rede revelou que muitos professores se sentem despreparados para oferecer uma educação inclusiva eficaz, apontando como principais dificuldades a falta de materiais específicos, suporte inadequado, infraestrutura deficiente, excesso de alunos por turma e limitações na adaptação curricular. Esses fatores comprometem o ensino-aprendizagem, especialmente para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cuja matrícula tem crescido na rede, impactando também a dinâmica das turmas.

A inclusão escolar é garantida por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015), que reforça a obrigatoriedade de escolas regulares estarem preparadas para receber estudantes com deficiência. Esse projeto alinha-se ao Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro, com diretrizes voltadas para a Educação Inclusiva, a Qualidade Educacional e a Participação da Comunidade, promovendo acessibilidade, equidade e um ambiente acolhedor.

1.2 Solução proposta

Propõe-se a criação de um projeto piloto de inclusão e cidadania, com campanhas de sensibilização, formação continuada para professores e melhorias na acessibilidade. A formação será direcionada aos professores da Educação Básica, utilizando o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como metodologia, capacitando-os a adaptar práticas pedagógicas e garantir o acesso pleno ao currículo, promovendo a participação e o desenvolvimento dos estudantes com TEA.

1.3 Resultados almejados

Espera-se que o projeto fortaleça a rede municipal de ensino, promova a equidade e otimize os recursos disponíveis, assegurando que os estudantes com deficiência tenham suas potencialidades plenamente desenvolvidas em um ambiente educacional acessível e inclusivo.

PARTE 2 – RELATÓRIO

2.1 Análise do Problema

A temática da Educação Especial, presente nos cursos de licenciatura e nas Faculdades de Educação brasileiras, onde milhares de futuros professores são formados anualmente, desempenha um papel fundamental na preparação de educadores e na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Essa formação busca sensibilizar os estudantes de graduação para as questões relacionadas à educação de crianças e jovens com deficiência, que são o público-alvo da Educação Especial.

Uma pesquisa de campo conduzida com 35 profissionais (Anexo III) de diversas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) da cidade revelou que grande parte do corpo docente que respondeu à pesquisa se sente inadequadamente preparado para promover uma educação inclusiva e eficaz. Essa percepção é reforçada por fatores como a ausência de materiais específicos, suporte insuficiente, limitações de infraestrutura física, lacunas de informação sobre as condições de cada estudante, dificuldades no diálogo com as famílias e terapeutas, além de turmas com número excessivo de estudantes e dificuldades em adaptar o currículo às necessidades dos estudantes com deficiência.

A inclusão de pessoas com deficiência é um tema cada vez mais presente nas discussões sobre educação no Brasil. A busca pelo respeito às diferenças e pela inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial fundamenta-se em direitos garantidos pela legislação, incluindo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015). A legislação reforça a obrigatoriedade de as escolas regulares estarem preparadas para receber estudantes com deficiência, em especial aqueles com TEA, refletindo a crescente demanda por um ensino de qualidade, inclusivo e acessível.

A investigação das dificuldades na implementação das políticas públicas e seu alcance é um aspecto crucial da educação inclusiva e integra a formação de professores nas universidades através do paradigma da educação inclusiva, que representa um avanço significativo na luta por uma educação para todos os estudantes, desafiando as práticas segregacionistas e promovendo a aprendizagem compartilhada.

No entanto, conforme Capellini e Mendes, “apenas informações não garantem mudanças, é importante estarmos sensibilizados para a diferença, e a reflexão deve perpassar a prática

pedagógica." (Capellini, Mendes, 2007, p. 125). Para que esse paradigma se torne uma realidade, é nosso dever enquanto educadores, despender todos os esforços em conjunto com governos, famílias e sociedade civil, na construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo.

No âmbito das políticas públicas, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) orienta e regulamenta a modalidade de ensino "Educação Especial" em nível nacional. Essa política promove um ambiente de ensino mais dinâmico e responsivo, garantindo diretrizes claras para a inclusão e o atendimento educacional especializado (AEE).

Estratégias para implementação da educação inclusiva através de políticas educacionais impactam diretamente as práticas de ensino. Assim, uma formação de professores crítica, em sintonia com tais políticas educacionais, favorece propostas e análises inovadoras da prática docente.

Desse modo, a educação inclusiva tem sido um tema central nas discussões sobre equidade e qualidade na educação, especialmente no que se refere à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O Brasil, alinhado com políticas internacionais de inclusão e direitos humanos, adotou a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e outras normativas que promovem o direito de todos os estudantes à educação em ambientes comuns, sem discriminação. No entanto, apesar do avanço nas legislações e diretrizes, ainda há desafios significativos na implementação da educação inclusiva de qualidade. Os profissionais da educação muitas vezes se encontram despreparados para lidar com as especificidades do TEA, o que compromete o desenvolvimento pleno dos estudantes e a eficácia do processo de ensino-aprendizagem.

A construção de uma Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva eficaz demanda abordagens que ofereçam uma formação em serviço ao corpo docente para atender adequadamente às diversas necessidades específicas de aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial[1], especialmente daqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em muitas escolas, as turmas incluem estudantes com uma ampla gama de particularidades educacionais, o que exige adaptações específicas e atenção individualizada. No

[1] Pessoas com deficiência: Intelectual, sensorial, física; Transtorno do Espectro do Autismo; Altas Habilidades/Superdotação ou com deficiência múltipla.

entanto, a presença de um número elevado de estudantes e a disponibilidade limitada de mediadores e recursos especializados podem dificultar o atendimento adequado.

Para avançar nesse contexto, é essencial proporcionar aos professores e professoras, formações contínuas que ofereçam ferramentas práticas e acessíveis, tais como recursos de Tecnologia Assistiva, comunicação alternativa, trabalho colaborativo, propostas educacionais claras como Planejamento Educacional Individualizado (PEI), Plano de AEE (PAEE), além de técnicas para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Com uma formação voltada às necessidades específicas dos estudantes com TEA, é possível fortalecer as práticas pedagógicas inclusivas, promovendo um ambiente acolhedor e colaborativo para todos. O desenvolvimento de programas formativos focados em metodologias inclusivas, aliados ao apoio dos mediadores, contribuirá para a construção de uma educação que valorize as diferenças e permita que cada estudante alcance seu potencial acadêmico e social.

Percebemos que nas escolas que possuem Salas de Recursos Multifuncionais, os profissionais que atuam apenas neste ambiente, até tem algum alcance de atualização na matéria específica, mas quando o estudante volta para a sala regular, os professores e professoras que ali atuam, por vezes não tem uma formação sólida voltada para a continuidade do desenvolvimento intelectual e quiçá emocional deste estudante.

É igualmente importante ressaltar a necessidade de uma interação efetiva com as famílias, orientando-as sobre como apoiar em casa o trabalho desenvolvido na escola, de forma integrada e complementar. Diferentemente de estudantes com deficiências múltiplas, que geralmente demandam acompanhamento contínuo, observa-se, em muitos casos, uma participação limitada dos responsáveis na vida escolar dos estudantes com TEA, o que inclui a ausência de feedback sobre o atendimento e acompanhamento externo oferecido a esses estudantes.

Durante as entrevistas por videoconferência com as Secretarias responsáveis pelo atendimento das pessoas com deficiência no município (SME, SMPD e SEI), dialogamos sobre a legislação vigente sobre o tema, além de alguns dados, como o número de estudantes atendidos por programas de inclusão já em desenvolvimento. No entanto, também constatamos que, ao voltarmos o "olhar" para dentro das unidades escolares, a formação dos profissionais da educação, de maneira geral, ainda é muito fragilizada. Além disso, a estrutura física das unidades

escolares não é totalmente planejada (acessível) com foco na inclusão, e, ao direcionarmos nossa atenção para os estudantes com TEA, a fragilidade se intensifica.

A estrutura física com acessibilidade no ambiente escolar também é um elemento fundamental para promover a inclusão escolar, considerando o que atualmente se entende como ambientes verdadeiramente inclusivos. Desde o portão de entrada, passando por banheiros, refeitórios e acessos às salas de aula, até os ambientes de convivência social, cada espaço deve ser cuidadosamente planejado para garantir a acessibilidade. Além disso, a disponibilidade de materiais didáticos acessíveis e recursos tecnológicos específicos é essencial para atender de forma adequada e acolhedora às necessidades dos estudantes, fortalecendo o sentido de pertencimento e autonomia em um ambiente escolar inclusivo, bem como o seu conhecimento profissional para lidar com o tema dentro das Unidades Escolares. Ao longo da proposta, serão apresentados os dados coletados. Planejamos iniciar a implementação deste trabalho no início do ano letivo de 2025, com a Secretaria Municipal de Educação (SME) responsável pela execução e acompanhamento do projeto.

Nesse sentido, a proposta consiste na criação de um Programa Piloto abrangente de Inclusão e Cidadania, estruturado para promover um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e acessível. Esse programa contempla uma campanha de sensibilização para toda a comunidade escolar, formação continuada para docentes do ensino regular e ações voltadas à acessibilidade integral das escolas. A formação continuada será direcionada aos professores da Educação Básica (Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais) das salas de aula regular, capacitando-os para o atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e fundamentando-se no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como metodologia pedagógica.

O objetivo é oferecer aos professores estratégias práticas e acessíveis para adaptar suas práticas pedagógicas, garantindo o acesso dos estudantes com TEA ao currículo, sua participação plena em atividades escolares e o suporte necessário para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional. Esse projeto de formação busca também dotar os professores de conhecimentos teóricos e práticos sobre as características do TEA, além de técnicas pedagógicas e comportamentais que favoreçam uma experiência de aprendizagem significativa e inclusiva para esses estudantes.

O contexto e a necessidade de incluir estudantes com TEA nas escolas apresentam um desafio que demanda uma formação específica para os educadores. Nossa proposta é ampliar a formação dos profissionais da educação, iniciando com os professores da sala de aula da turma regular. Nesse primeiro momento, pretendemos abordar não apenas técnicas pedagógicas, mas também aspectos emocionais e sociais que promovam um ambiente inclusivo. Durante a avaliação do projeto, planejamos expandir essa formação para os demais colaboradores das unidades escolares, reconhecendo que a experiência desses estudantes no ambiente escolar vai além da sala de aula. A convivência de todos os estudantes e demais profissionais deve priorizar a inclusão e seu desenvolvimento precisa ser vivenciado de forma plena e constante.

2.2 Método

Para implementar o projeto “EducaRIO: Práticas Inclusivas para Atendimento de Estudantes com TEA”, utilizamos uma metodologia estruturada em levantamento de dados, entrevistas com profissionais da rede, benchmarking de práticas inclusivas e uma formação continuada com enfoque no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). O processo será dividido em seis etapas, abrangendo desde a análise de necessidades até a avaliação e monitoramento, visando promover a inclusão plena de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais necessidades específicas de aprendizagem.

2.2.1 Levantamento e Análise de Necessidades

Foram realizadas entrevistas, visitas técnicas e questionários com profissionais das unidades escolares da rede municipal. As entrevistas com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD), a Secretaria Municipal de Educação e o Instituto Helena Antipoff (SME) permitiram identificar lacunas e práticas existentes.

A pesquisa de campo preliminar revelou a necessidade de formação específica e melhorias na infraestrutura para inclusão de estudantes com TEA, conforme indicado em entrevistas e questionários online.

Atualmente, o número de escolas que efetivamente atendem à inclusão, acessibilidade e desenvolvimento adequado de estudantes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ainda está aquém das demandas da sociedade. Em entrevista com a Subsecretária da SMPD, Flávia

Cortinovis, foram abordados os desafios da educação inclusiva, a importância de formação adequada para professores regulares e a necessidade de implementar políticas públicas para pessoas com deficiência. Ela mencionou que a SMPD atende cerca de 4 mil pessoas por mês com TEA, associados ou não a outros transtornos e deficiências.

A Subsecretária relatou também que, em 2021, ao iniciar a gestão na SMPD para a educação inclusiva na rede municipal, o número de estudantes laudados com TEA, isoladamente ou em conjunto com outros transtornos, era de 25.000 (vinte e cinco mil), dos quais 31% apresentaram TEA. Três anos depois, essa porcentagem aumentou para 53% dos estudantes com TEA.

Durante a entrevista, a Subsecretária da SMPD apresentou programas desenvolvidos como o Núcleo de Projetos Especiais (NUPE) e o projeto de Ambiente Escolar Inclusivo. Estes programas visam apoiar escolas, famílias e profissionais na educação inclusiva, oferecendo formação e recursos na difusão de conhecimentos e práticas que promovam dignidade, inclusão e suporte. A Subsecretaria define três pilares fundamentais para essa abordagem: Família, estudantes e Escola.

Ao longo da entrevista, a Subsecretária afirmou que a SMPD é parceira da SME no que diz respeito à educação inclusiva, mas não na área pedagógica. Todas as ações relacionadas ao planejamento e acompanhamento pedagógico são de responsabilidade da SME, por meio do Instituto Helena Antipoff (IHA). Uma das dificuldades mencionadas pela Subsecretária em relação à ampliação das ações da Secretaria é a falta de recursos humanos. Na rede municipal, que conta com 1.557 (mil quinhentas e cinquenta e sete) unidades escolares, a SMPD, por meio de seus produtos, atende apenas 7 (sete) escolas. Isso torna a divulgação do conhecimento para esse pilar bastante limitado, considerando o número de unidades escolares atendidas.

A subsecretária enfatizou ainda a importância da comunicação alternativa para crianças não verbais e a necessidade de preparar pessoas com deficiência para a vida adulta, incluindo a entrada no mercado de trabalho. A Sra Flávia mencionou o programa de emprego apoiado desenvolvido pela SMPD.

Discutimos também a necessidade de melhorar a colaboração entre diferentes secretarias, especialmente entre a SMPD e a Secretaria Municipal de Educação. Outra questão discutida, que

precisamos ficar atentos, é sobre a importância de dar voz aos professores na educação inclusiva e melhorar sua formação de forma contínua.

Ao término desta entrevista, identificamos uma real parceira deste projeto ao ter sido proposto pela Subsecretária a disponibilização dos centros da SMPD como espaços de formação para outras políticas públicas, como a proposta por nós.

Além do contato com a SMPD, buscamos a direção da Escola de Formação Paulo Freire (EPF) para agendar uma reunião com o objetivo de obter informações sobre a formação de professores em educação inclusiva. Nossa intenção era compreender melhor o papel da Escola de Formação nas ações voltadas para essa área. Contudo, fomos informados de que as formações continuadas em Educação Especial são responsabilidade do Instituto Helena Antipoff (IHA). Com essa resposta, o grupo de trabalho foi orientado a direcionar a coleta de informações específicas para o IHA.

Durante a visita guiada ao Instituto Helena Antipoff, as profissionais apresentaram seu espaço de trabalho e relataram os atendimentos ali realizados. O trabalho é dividido em núcleos de atendimento, de acordo com cada necessidade do público alvo da educação especial. Segundo informado, o Instituto Helena Antipoff oferece consultoria para professores, que deve ser solicitada pela direção de cada Unidade Escolar, que assim o necessitar. Também fomos informados que o IHA, desde agosto de 2024, está sendo reestruturado para ofertar cursos e oficinas para os profissionais do cargo de Agentes de Apoio à Educação Especial (AAEEs) e professores. Elas ressaltaram o trabalho de itinerância, realizado por profissionais denominados “líderes”. Cada Coordenadoria Regional de Educação (CREs) teria um profissional desempenhando a função de líder. O Instituto não soube informar o porquê da não oferta de atendimento de sala de recursos em algumas escolas e nem em escolas próximas. Levantou-se a hipótese de ser em função do atendimento precisar ser realizado em contraturno visto que muitas das crianças de escolas de turno único se locomovem por meio de transporte escolar, impossibilitando sua permanência após o horário regular.

Após a visita ao IHA, este GT tentou solicitar por meio de aplicativo de mensagens algumas informações versando sobre: números de estudantes e suas famílias atendidos pelos projetos em andamento; quais cursos de formação de professores é oferecido pelo IHA; qual a carga horária;

quantos professores receberam a formação nesse ano de 2024; como se dá a parceria com a EPF? Há algum profissional do IHA alocado na EPF para coordenar as formações; os cursos possuem ementa? quem as elabora (EPF OU IHA), porém, a resposta devolvida foi que *"Essas informações precisam ser solicitadas via protocolo na SME"*.

Em entrevista com a Secretaria Municipal de Educação, através da Gerência de Formação e Desenvolvimento e da Gerência de Seleção e Desempenho, foi solicitado, conforme mencionado pela servidora Mary Trotti, o envio do escopo das informações necessárias para facilitar uma interlocução com o IHA, responsável pelas ações de capacitação dos professores da rede. No entanto, até o término do prazo para a entrega deste projeto, não recebemos as informações solicitadas, que incluem: o número de unidades escolares com infraestrutura inclusiva; o número de professores regulares capacitados de forma contínua para aprimorar o ensino e desenvolvimento dos alunos com TEA; os projetos existentes focados na capacitação de profissionais da sala regular na SME; os cursos de formação continuada oferecidos pelo Instituto Helena Antipoff; quantos professores receberam formação continuada em 2024; o custo da implementação e quanto isso representa anualmente para a secretaria, entre outras questões que poderiam contribuir significativamente para o desenvolvimento deste projeto. Essa colaboração só seria viável com o apoio e retorno das Gerências contatadas, conforme mencionado neste relatório e no anexo da correspondência enviada por e-mail.

Realizamos também uma reunião online com a Chefe de Gabinete e com a servidora Graziella Arantes da Multirio e neste contato abordamos as possibilidades para uma parceria no contexto de divulgação do projeto e sensibilização. Elas informaram que realizam gravações, séries e podcasts. Enfatizaram a necessidade de haver alguém responsável pela parte técnica, especialista com domínio do conteúdo que saberá filtrar as informações disponibilizadas, para estar junto com o roteirista elaborando as produções. Este técnico já seria para a fase de implementação. Também ressaltaram que a Multirio carece de recursos de pessoal, material gráfico e financeiro em geral. Também questionaram acerca do órgão emissor das certificações e a modalidade do curso.

Elas declaram ter visto possibilidade, desde que haja um alinhamento com a SME. Só podem falar efetivamente sobre parceria, após aprovação do projeto, com acordos de cooperação técnica e assinatura de carta de intenção.

Para proporcionar uma compreensão mais aprofundada, elaboramos algumas questões e enviamos aos professores de diversas CREs da Rede Municipal do Rio de Janeiro. A partir da análise dos dados quantitativos obtidos, disponíveis no anexo deste projeto, foi possível identificar de maneira significativa as fragilidades ainda existentes em nosso município.

Nessa pesquisa, os educadores apresentam uma visão abrangente de inclusão, enfatizando a necessidade de adaptação de atividades, interação social e afetiva, além da atenção individualizada, evidenciando um compromisso com o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência.

Entre os maiores desafios citados estão a identificação de estudantes com necessidades específicas de aprendizagem não laudados, a falta de capacitação adequada oferecida pela prefeitura aos profissionais de educação e a dificuldade de inclusão plena dos estudantes com deficiência em todos os espaços e atividades da escola. A acessibilidade estrutural e comunicacional é outra preocupação mencionada, pois impacta diretamente na inclusão dos estudantes em ambientes como refeitórios, pátios e laboratórios.

Há uma percepção de insuficiência na formação específica para atender a esses estudantes, apontando para a necessidade de investimentos em capacitação continuada e em metodologias de ensino inclusivas, o que sugere uma lacuna entre a demanda dos profissionais e os recursos e treinamentos atualmente oferecidos.

Os educadores relatam dificuldades em garantir a participação de todos os estudantes nas atividades escolares devido às limitações de acessibilidade e adaptações pedagógicas, revelando uma necessidade de maior suporte estrutural e de materiais para atender à diversidade de necessidades específicas de aprendizagem.

Essa análise nos sugere uma necessidade de reforçar o apoio institucional e de formação para que os educadores possam implementar práticas mais eficazes e inclusivas, garantindo o pleno desenvolvimento e inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial.

No campo da pesquisa, analisamos projetos de formação de educadores voltados para a educação inclusiva de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando

práticas bem-sucedidas em diversos contextos. Nosso objetivo foi identificar estratégias inovadoras que possam ser implementadas nas escolas municipais do Rio de Janeiro.

Neste contexto, buscamos investigar essas práticas utilizando materiais e fontes disponíveis na internet, além de iniciativas já em andamento no município do Rio de Janeiro. Apresentamos exemplos que demonstram como podemos melhorar e agregar valor ao desenvolvimento dos estudantes, que estão em constante crescimento, especialmente aqueles que apresentam necessidades específicas de aprendizagem, mas que ainda não foram incluídos na educação especial devido à dificuldade de acompanhamento e ao acesso limitado desde os cuidados especializados até a emissão dos laudos médicos.

Exemplos de projetos de sucesso, segundo a Revista Estudos de Planejamento (2018)[2]:

Projeto "Educar para Inclusão" - Brasil

Descrição: Este projeto foi implementado em várias escolas públicas e focou na formação continuada de educadores sobre as necessidades específicas de estudantes com TEA.

Metodologia: Inclui workshops, palestras e formação prática em sala de aula, com acompanhamento de especialistas em educação inclusiva.

Resultados: Aumento na participação dos estudantes com TEA nas atividades escolares e melhoria na interação social com colegas.

Programa "Autismo e Educação" - Portugal[3]

Descrição: Um programa nacional que visa capacitar educadores em práticas inclusivas para estudantes com TEA.

Metodologia: Utilização de recursos audiovisuais, simulações e estudos de caso para preparar os educadores para situações reais em sala de aula.

---

[2] Revista Estudos de Planejamento https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/estudos
O artigo "Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil".
O artigo foi escrito por Carla Giane Soares da Cunha

[3] https://diversa.org.br/artigos/um-olhar-sobre-a-educacao-inclusiva-em-portugal/#:~:text=Atualmente%2C%20Portugal%20disp%C3%B5e%20de%20um,presentemente%2C%20cerca%20de%2075.000%20alunos.

Resultados: Melhoria significativa nas práticas pedagógicas e na percepção dos educadores sobre a inclusão de estudantes com TEA.

Iniciativa "Inclusão em Foco" - Estados Unidos[4]

Descrição: Programa de formação de professores focado em estratégias de ensino diferenciadas para estudantes com TEA.

Metodologia: Formação online e presencial, com módulos sobre comunicação, comportamento e adaptação curricular.

Resultados: Aumento da eficácia no ensino e maior satisfação dos estudantes e pais em relação ao ambiente escolar.

Estratégias Comuns Identificadas:

Formação Continuada: A formação deve ser um processo contínuo, com atualizações regulares sobre novas práticas e pesquisas.

Envolvimento da Comunidade: A participação dos pais e da comunidade escolar é essencial para criar um ambiente de apoio.

Avaliação e Feedback: Implementação de mecanismos de avaliação que permitem o feedback.

Aprofundando as pesquisas de campo, encontramos indicadores relevantes no site Diversa.org.br que se alinham às perspectivas deste projeto (ANEXO III). No Brasil, há uma rede de 2.404.403 professores regentes. Apesar do crescimento no número de educadores com formação continuada em Educação Especial, os dados de 2023 revelam que 93,5% dos professores regentes ainda não possuem essa formação. Para os professores do Atendimento Educacional Especializado, a situação é igualmente preocupante, com 57,9% sem formação continuada.

[4] http://educa.fcc.org.br/pdf/educespufsm/v36/1984-686X-educespufsm-36-e72108.pdf

Ao focarmos na região Sudeste, a situação se torna alarmante: existem 968.843 professores regentes, dos quais 95% não têm formação continuada em Educação Especial. Entre os professores do Atendimento Educacional Especializado, 62,5% também carecem dessa formação.

Especificamente no Estado do Rio de Janeiro, dos 161.814 professores regentes, 96,4% não possuem formação continuada em Educação Especial, e 67,8% dos professores do Atendimento Educacional Especializado estão na mesma situação.

No Município do Rio de Janeiro, temos 60.416 professores regentes de Educação Especial, sendo que 97,2% não têm formação continuada e 74,5% dos professores do Atendimento Educacional Especializado também carecem dessa formação.

Esses dados ressaltam a urgência de iniciativas voltadas para a formação continuada dos professores e professoras, visando uma educação inclusiva e de qualidade para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

2.3 Solução proposta

A solução proposta é o desenvolvimento de um Programa de Formação Continuada para fortalecer a formação continuada do corpo docente, com foco especial nos professores e nas professoras da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, no atendimento a estudantes com TEA. Este programa visa abordar os aspectos essenciais do atendimento inclusivo, combinando estratégias pedagógicas acessíveis e sensibilização de toda a comunidade escolar sobre as necessidades específicas desses estudantes, além de promover a adequação de ambientes escolares para torná-los efetivamente inclusivos. O programa proposto contempla os seguintes elementos fundamentais:

2.3.1 Sensibilização da Comunidade Escolar: Realizar campanhas de sensibilização e formação para toda a comunidade escolar, incluindo pais e funcionários, sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças, criando uma cultura de aceitação e apoio. Aqui, entendemos que toda a sensibilização será com o foco da redução dos estigmas sociais, na eliminação da desinformação que atrasa o acompanhamento adequado, possibilitando uma vida com mais segurança, independência, dignidade destes estudantes e suporte aos seus familiares.

Parte da implementação do projeto “EducaRio: Práticas Inclusivas para Atendimento a Estudantes com TEA” serão organizadas campanhas de sensibilização para toda a comunidade escolar, abordando a importância da inclusão, os direitos dos estudantes com necessidades específicas de aprendizagem e os benefícios sociais e pedagógicos de um ambiente inclusivo.

A campanha de sensibilização para inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) visa promover a conscientização e o entendimento sobre as necessidades e direitos desses estudantes. Tem como objetivos: promover a inclusão e aceitação de alunos com TEA no ambiente escolar e, consequentemente na sociedade; sensibilizar professores, estudantes e pais/responsáveis sobre as necessidades específicas desses estudantes; além de oferecer recursos e estratégias para apoiar a inclusão. Serão utilizadas como estratégias: palestras e oficinas, onde serão convidados especialistas para falar sobre TEA e inclusão; vídeos e materiais educativos, produzidos conteúdos para compartilharmos em redes sociais e plataformas educacionais; paineis e cartazes, onde serão expostas informações sobre TEA e inclusão em espaços públicos; atividades interativas: atividades que promovam a interação entre alunos com e sem TEA e, por último serão estabelecidas parcerias que colaboram com organizações de apoio ao autismo.

Serão utilizadas “Mensagens-chave” que servirão como slogan para divulgação do tema abordado: “Somos todos iguais na diferença”, "Todos são diferentes, todos são iguais", "Inclusão é respeito à diversidade", "Aprender juntos, crescer juntos". Visando ampla divulgação da campanha de sensibilização, assim como compartilhamento de conteúdo educativo e informativo serão utilizados como canais de divulgação: redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter); plataformas educacionais (Moodle, Google Classroom); sites da escola ou instituição; jornais e revistas locais. Em relação a avaliação, contaremos com o feedback de participantes, com o número de pessoas alcançadas, além de mudanças observadas no ambiente escolar.

Os recursos materiais devem estar acessíveis para atender às especificidades de aprendizagem desses estudantes, incluindo a Tecnologia Assistiva e comunicação alternativa. Esses itens não devem estar restritos às Salas de Recursos Multifuncionais, considerando que esses alunos passam a maior parte do tempo em sala de aula regular, o que reforça a importância de oferecer formação continuada aos professores dessa modalidade.

Rio PREFEITURA

COPPEAD UFRJ

Além disso, é crucial incorporar ferramentas de comunicação que utilizem dispositivos e aplicativos capazes de facilitar a interação para estudantes verbais, não verbais ou com dificuldades de expressão, promovendo uma comunicação mais inclusiva e acessível para todos.

Aqui podemos também alcançar o envolvimento da família. Uma comunicação aberta, estabelecendo canais de comunicação eficazes entre a escola e as famílias para discutir o progresso destes estudantes, com uma participação ativa, incentivando a participação dos pais nas atividades escolares e na tomada de decisões sobre o plano educacional dos filhos.

Percebemos que a educação inclusiva pressupõe uma transformação no modo organizacional da escola, de maneira que esta possa, de fato, receber todos os alunos, além de criar estratégias diferenciadas que garantam a participação e as condições necessárias para que as pessoas com deficiência tenham direito de aprender em igualdade de oportunidades.

Importante destacar que o envolvimento da comunidade escolar e parceiros externos são a garantia para o sucesso da campanha e, para garantir acessibilidade escolar, bem como sua inclusão e sucesso acadêmico é fundamental estabelecer algumas estratégias para promover essa acessibilidade. Desta forma, deve ser prevista a acessibilidade em seus seguintes aspectos:

- Ambiente Físico:

1. Salas de aula acessíveis: iluminação suave, ruído mínimo.

2. Espaço para movimento: áreas de recreação, espaços abertos.

3. Acessibilidade para cadeiras de rodas.

- Comunicação:

1. Linguagem clara e simples.

2. Uso de imagens e símbolos.

3. Comunicação visual: quadros, agendas.

- Tecnologia:

1. Software de comunicação alternativa.

2. Aplicativos de apoio.

3. Equipamentos de assistência: fones de ouvido

- Curriculum:

1. Tornar acessível o uso de materiais didáticos.

2. Oferecer opções de avaliação.

3. Flexibilidade no cronograma.

- Suporte:

1. Professores treinados e capacitados de forma constante.

2. Assistente de apoio.

3. Grupos de apoio.

- Outras Estratégias:

1. Rotinas e previsibilidade.

2. Uso de agendas e calendários.

3. Acesso a recursos adicionais.

- Recursos:

1. Associações de autismo.

2. Especialistas em educação inclusiva.

3. Sites de recursos e informações.

Relevante destacar que, cada aluno com TEA têm necessidades singulares, sendo fundamental trabalhar em colaboração com professores, pais e especialistas para garantir a acessibilidade e inclusão.

Resumo para essa solução: o objetivo será a realização de campanhas de sensibilização e formação para toda a comunidade escolar, incluindo pais e funcionários, sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças e sua implementação será na criação de uma cultura de aceitação e apoio, promovendo uma inclusão social mais independente e autônoma dos estudantes com TEA.

2.3.2 Criação de Ambientes Inclusivos: Desenvolver ambientes de aprendizagem que favoreçam a inclusão, promovendo a interação e a socialização entre estudantes com e sem TEA. Isso envolve a adaptação do espaço físico e a implementação de recursos pedagógicos acessíveis. Idealizamos a elaboração de um currículo que inclua tópicos relevantes, como: Metodologias inclusivas; Práticas pedagógicas adaptadas; Técnicas de comunicação e Manejo de comportamentos. Nesta fase, consideramos essencial a participação de outros parceiros estratégicos, como o Instituto Helena Antipoff (SME), a Secretaria de Infraestrutura, a SEI, a SMPD e a própria SME. A colaboração desses atores visa assegurar que o projeto de adequação estrutural e pedagógica atenda de forma efetiva às necessidades dos estudantes e às legislações vigentes sobre inclusão. Esse trabalho conjunto também será fundamental para calcular os custos de investimento necessários para as adaptações previstas, além de analisar os sistemas de apoios disponíveis e criar outros, quando necessário, para ampliar as possibilidades educacionais.

Em parceria com a Secretaria de Infraestrutura e órgãos especializados, deve-se promover a adaptação dos espaços escolares, desde entradas, banheiros e refeitórios até as salas de aula e áreas de convivência. Cada ambiente será planejado para atender a critérios de acessibilidade, eliminando barreiras físicas e comunicacionais.

A disponibilização de materiais pedagógicos acessíveis e recursos tecnológicos específicos, como dispositivos de comunicação alternativa, também deverá ser priorizada para facilitar o aprendizado de todos os estudantes. Assim, a fim de evidenciarmos a emergência e o

desenvolvimento de campanhas de sensibilização sobre a temática abordada, consideramos importante ressaltar o amparo legal, previsto na Legislação:

- Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000): estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A lei foi a primeira totalmente voltada para o tema e visa quebrar barreiras em diversos ambientes, como: Vias e espaços públicos, Mobiliário urbano, Edifícios, Transportes, Comunicação.

A Lei da Acessibilidade estabelece que:

- A Administração Pública deve destinar recursos orçamentários para a eliminação de barreiras arquitetônicas em edifícios públicos;

- O Poder Público deve promover campanhas educativas para conscientizar a população sobre acessibilidade;

- Lei de Acessibilidade (Brasil): O Decreto nº 7.611/2011, conhecido como Decreto da Acessibilidade, estabelece diretrizes para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência no Brasil. A seguir, alguns pontos importantes relacionados à acessibilidade escolar para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) de acordo com o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA):

- Art. 5º: Garantia de acessibilidade em: Edifícios públicos e privados; Transporte público; Comunicação; Tecnologia da informação e, Educação.

- Art. 9º: Acessibilidade na educação: Currículo adaptado; Materiais didáticos acessíveis; Professores treinados e Assistência especializada.

- Art. 14º: Acessibilidade em tecnologia: Software acessível; Equipamentos de assistência e Recursos de comunicação alternativa.

- Art. 17º: Responsabilidade dos gestores públicos: Garantir acessibilidade em escolas; Fornecer recursos necessários e Promover treinamento para professores.

- Art. 24º: Direito à igualdade de oportunidades: Acesso à educação de qualidade; Participação plena na sociedade.

Rio PREFEITURA

COPPEAD UFRJ

Além disso, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) também estabelece que:

- As escolas devem ter plano de acessibilidade (Art. 20º).
- Os professores devem receber treinamento sobre acessibilidade (Art. 21º).
- Os alunos com deficiência têm direito a assistência especializada (Art. 22º).

Conforme o exposto, verifica-se que é fundamental que as escolas sigam essas diretrizes para garantir a acessibilidade e inclusão dos alunos com TEA. Outro destaque relevante é mencionar que a Lei da Acessibilidade foi alterada pela Lei nº 11.982/2009 e pela Lei nº 13.146/2015 (LBI – Lei Brasileira de Inclusão).

As salas de aula devem ser organizadas de forma a enriquecer o ambiente que promova a aprendizagem, com áreas definidas para diferentes atividades, com recursos visuais que ajudem na comunicação e compreensão das atividades.

Os recursos materiais precisam ser acessíveis de forma que atendam às necessidades específicas de aprendizagem destes estudantes, como livros ilustrativos, jogos educativos e Tecnologia Assistiva. Esses itens não devem ser exclusivos das salas de recursos, uma vez que esses estudantes permanecem um tempo muito maior dentro da sala de aula regular, e, aqui está mais um motivo para promover uma formação continuada para esses professores. Quando nos voltamos para as ferramentas de comunicação é importante que falemos do uso de dispositivos e aplicativos que facilite a comunicação para os estudantes verbais e os não verbais ou com dificuldade de expressão.

Resumo para essa solução: o objetivo será desenvolver ambientes de aprendizagem que favoreçam a inclusão, promovendo a interação e a socialização entre estudantes com e sem TEA, tendo a sua implementação na adaptação do espaço físico das salas de aula e implementar recursos pedagógicos adequados. Idealmente, um currículo acessível, que inclua tópicos relevantes como metodologias inclusivas, práticas pedagógicas adaptadas, técnicas de comunicação e manejo de comportamentos.

2.3.3 Formação Continuada:

A formação continuada visa uma formação regular de professores e funcionários sobre o TEA, suas características e as melhores práticas para inclusão, promovendo o trabalho em equipe entre educadores, terapeutas e outros profissionais para um atendimento integrado.

No que se refere ao conteúdo programático, apresentaremos também uma sugestão de Ementa do curso, onde serão explanados os conteúdos programáticos, a metodologia, os recursos didáticos, a avaliação, as possíveis parcerias e a certificação. É importante ressaltar que estamos falando de uma formação contínua e por isso a certificação precisa ser com o peso devido ao que o projeto se propõe em implementar.

Não podemos deixar de tratar também as questões que envolvem as metodologias pedagógicas inclusivas, implementando estratégias pedagógicas que consideram o estilo de aprendizagem e as necessidades individuais de cada estudante, e, as atividades multissensoriais, que nada mais é do que propostas que envolvam diferentes sentidos para facilitar a aprendizagem e o engajamento dos estudantes.

Cada um destes elementos são essenciais para garantir a eficácia e a efetividade do curso de formação destes professores regulares, para que estes estejam prontos a promover um ambiente escolar inclusivo e enriquecedor.

A formação deverá ser estruturada em módulos, cobrindo temas como comunicação alternativa, manejo de comportamentos e estratégias inclusivas baseadas no DUA. A carga horária total será de 60 horas, incluindo encontros presenciais e atividades online.

O currículo abordará técnicas pedagógicas adaptativas e métodos para suporte sócio emocional, com foco em práticas que garantam a acessibilidade ao conteúdo e a participação ativa dos estudantes.

Resumo para essa solução: o objetivo será proporcionar formação continuada e especializada para educadores, focando em metodologias inclusivas e práticas pedagógicas adaptadas às necessidades dos estudantes com TEA, tendo como conteúdo a formação incluindo técnicas de comunicação, manejo de comportamentos desafiadores, e estratégias de ensino diferenciadas. Além disso, será abordado o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como uma abordagem pedagógica eficaz que pode auxiliar os professores a desenvolver ou optar por

estratégias pedagógicas que possibilitem que todos os estudantes, independentemente de suas características e formas de aprendizagem, aprendam em igualdade de condições.

2.3.4. Implementação do Programa em Ambiente Piloto

A implementação inicial do projeto será conduzida em uma unidade educacional piloto, a Unidade Educacional Ginásio Educacional Tecnológico Pedro Ernesto, com o objetivo de validar as estratégias propostas e ajustar os processos antes da expansão para toda a rede municipal. Esse ambiente servirá como um laboratório para a aplicação prática das ações de sensibilização, formação continuada e adequação da acessibilidade, assegurando um modelo replicável.

- Etapa 1: Sensibilização da Comunidade Escolar

A sensibilização será o primeiro passo, com foco na criação de um ambiente escolar acolhedor e comprometido com a inclusão, porém, será uma ação que acompanhará toda a implementação do programa. Para isso, serão organizadas campanhas de conscientização, benefícios da inclusão e estratégias de interação colaborativa entre todos os atores da comunidade escolar por meio de palestras e oficinas ministradas para professoras, professores, funcionários, famílias e estudantes.

Materiais educativos, como vídeos e cartazes, serão distribuídos pela escola, reforçando mensagens-chave de aceitação e empatia em favor dos estudantes público-alvo da educação especial.

- Etapa 2: Formação Continuada em Educação Inclusiva

Os professores e demais profissionais da unidade piloto participarão de um programa de formação continuada baseado em metodologias inclusivas. Essa formação será estruturada em módulos e incluirá:

- Conceitos Fundamentais: Políticas públicas de educação especial, características do TEA e direitos educacionais.

- Estratégias Pedagógicas: Planejamento e aplicação do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), comunicação alternativa e manejo de comportamentos desafiadores.

- Práticas Interdisciplinares: Trabalho colaborativo entre educadores, terapeutas e famílias para o desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado (PEI).

- Carga Horária: A formação terá 60 horas, combinando encontros presenciais e atividades assíncronas, com avaliações periódicas para monitorar o aprendizado.

A formação continuada deverá ser aplicada inicialmente em escola-piloto, com monitoramento efetivo das práticas inclusivas adotadas. O projeto incluirá adequações físicas e pedagógicas, promovendo a aplicação de recursos e estratégias de ensino adaptadas ao perfil dos estudantes com TEA e outras necessidades específicas de aprendizagem. O suporte contínuo por mediadores especializados garantirá a integração das metodologias inclusivas ao cotidiano escolar, criando um modelo replicável em outras unidades da rede.

- Etapa 3: Adequação Física do Ambiente Escolar

A escola piloto será adaptada para atender aos critérios de acessibilidade física e pedagógica. As ações incluirão instalação de rampas, banheiros acessíveis e sinalizações visuais para orientação conforme indica o Manual de acessibilidade espacial para escolas (Dischinger et al, 2009).

Criação de espaços sensoriais para atender às necessidades específicas dos estudantes com TEA, assim como uma sala de silêncio para ajudar estudantes autistas a se autorregular no ambiente escolar, além de disponibilização de recursos tecnológicos, como dispositivos de comunicação alternativa e materiais pedagógicos acessíveis para estudantes autistas e neuroatípicos.

Durante a implementação, será estabelecido um sistema de monitoramento contínuo para avaliar o impacto das ações realizadas. Esse sistema deverá incluir:

- Entrevistas com professores, alunos e famílias.

- Relatórios regulares sobre os avanços na inclusão e no desempenho dos estudantes.

- Feedbacks qualitativos para ajustes no programa.

- Expansão do Programa

2.3.5. Monitoramento e Avaliação:

A eficácia das práticas deverá ser monitorada por meio de avaliações periódicas junto aos educadores, com um sistema de feedback contínuo. Os resultados orientarão ajustes e aprimoramentos na abordagem, visando a melhoria constante das práticas de inclusão.

A colaboração entre secretarias e o envolvimento da comunidade escolar serão fundamentais para assegurar a sustentabilidade e replicabilidade do projeto, criando uma base de dados e relatórios sobre a evolução das práticas inclusivas e o impacto na rede municipal.

Após a conclusão do piloto, os resultados deverão ser analisados para ajustes necessários. A partir das lições aprendidas, será elaborado um plano de replicação do programa em outras unidades da rede, garantindo sua eficácia e sustentabilidade.

Estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação contínua das práticas pedagógicas implementadas, garantindo que as estratégias utilizadas sejam eficazes e que os educadores recebam feedback para melhorias constantes. Todos os “atores” parceiros deste projeto precisam efetivamente estar ativos e interligados ao programa, garantindo dados atualizados e a padronização das informações repassadas. Nesta fase, sugerimos a montagem de equipes multidisciplinares composta de representantes de cada secretaria, órgão envolvido no tema focal do programa, divididos por áreas de atuação (AP1; AP2; AP3, ...), a fim de que regularmente as unidades escolares sejam visitadas e avaliadas dentro da proposta do programa, medindo a eficácia e a efetividade de cada fase implementada.

É fundamental que todos os funcionários da unidade escolar recebam formação adequada para atender estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), um público que necessita de um olhar atento e acolhimento de excelência. Essa formação é essencial para garantir que os objetivos estabelecidos sejam alcançados de maneira eficaz.

Considerando o alinhamento com o Plano Estratégico da Prefeitura, o projeto está em consonância com as seguintes diretrizes:

- Educação Inclusiva: assegurando que a educação pública seja acessível e respeite a diversidade, promovendo a equidade no acesso ao conhecimento;

- Qualidade Educacional: aprimorando a qualidade do ensino nas escolas municipais e garantindo que todos os estudantes recebam o apoio necessário para seu desenvolvimento integral;

- Participação da Comunidade: incentivando a participação ativa da comunidade na criação de um ambiente educacional mais acolhedor e inclusivo.

Nesse sentido também nosso projeto de formação de professores está alinhado com os seguintes ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável):

- ODS 3 – Saúde e Bem-Estar: Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.

Impacto: A formação de educadores também aborda a importância do bem-estar emocional e social dos estudantes com TEA, contribuindo para um ambiente escolar que promove a saúde mental e a inclusão social.

- ODS 4 - Educação de Qualidade: Garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Impacto: A formação de educadores permite a implementação de práticas pedagógicas acessíveis, promovendo um ambiente de aprendizado que atende às necessidades individuais dos estudantes e assegura seu desenvolvimento acadêmico e social.

- ODS 5 - Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Impacto: Embora o foco principal seja a inclusão de estudantes com TEA, o projeto pode promover a igualdade de gênero para garantir que todos os estudantes, independentemente de seu gênero, tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade.

- ODS 10 - Redução das Desigualdades: Reduzir as desigualdades dentro e entre os países, promovendo a inclusão de grupos marginalizados, como estudantes com TEA.

Impacto: O projeto visa proporcionar igualdade de oportunidades educacionais para estudantes com TEA, contribuindo para a diminuição das barreiras atitudinais enfrentadas por esses estudantes no acesso à educação de qualidade.

- ODS 16 - promover sociedades importadoras e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Impacto: Inclusão de estudantes com TEA na educação ao promover a inclusão, fortalecer instituições educacionais, garantir os direitos humanos, incentivar a participação da comunidade e garantir a transparência e a prestação de contas. Esses elementos são essenciais para criar um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

- ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação: Fortalecer a parceria entre diferentes setores (governo, sociedade civil e comunidade escolar) para promover a inclusão e a qualidade educacional.

Impacto: O projeto promoverá a colaboração entre educadores, gestores, famílias e a comunidade, criando uma rede de apoio que favorece a inclusão e a qualidade educacional para estudantes com TEA.

Embora tenhamos avançado de forma considerável no tema, sabemos e reconhecemos que temos muito a avançar ainda.

Este projeto nasceu das experiências in loco de servidoras atuantes em turmas regulares e por entenderem que apenas uma educação de excelência tem o poder de transformar realidades. Entendemos que ao passo que investimos em formação de todos os profissionais das unidades escolares, multiplicando os saberes que envolvem o tema, conscientizando da necessidade de um olhar mais humanizado e acolhedor para esta entre outras especificidades, alcançaremos uma formação educacional mais eficaz e na sua transversalidade uma inclusão social mais independente e autônoma desses estudantes.

A formação de educadores para atender estudantes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um passo crucial para transformar a educação na cidade do Rio de Janeiro, alinhando-se às diretrizes do plano estratégico da prefeitura e contribuindo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este projeto visa não apenas melhorar a qualidade da educação para estudantes com TEA, mas também fomentar uma cultura de inclusão e respeito à diversidade nas escolas.

Além disso, o projeto de formação está em consonância com diversos ODS, refletindo um compromisso com a educação inclusiva, a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar. A implementação dessa iniciativa não beneficiará apenas os estudantes com TEA, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

O monitoramento do progresso precisa de avaliação eficaz e regular para que o acompanhamento e desenvolvimento acadêmico e emocional deste estudante seja efetivo. Nesse contexto, a cultura do *feedback adaptativo* precisa também ser observado e ajustado nas abordagens pedagógicas com base nas avaliações contínuas das especificidades dos estudantes.

Resumo para essa solução: Estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação contínua das práticas pedagógicas implementadas, garantindo que as estratégias utilizadas sejam eficazes, por meio de *feedback* constante aos educadores para melhorias contínuas, garantindo que as práticas sejam adaptadas às necessidades específicas dos estudantes.

2.3.5 Protótipo da Solução

O protótipo da solução pode ser apresentado na forma de um programa piloto em uma ou mais escolas municipais, porém, sugerimos uma escola com potencial de transformação quanto à

educação inclusiva, com foco nos estudantes com TEA, sendo a **Unidade Educacional Ginásio Educacional Tecnológico Pedro Ernesto**. Este programa incluirá:

1. Módulos de Formação:

- Módulo 1: Introdução ao TEA
- Módulo 2: Estratégias Pedagógicas Inclusivas
- Módulo 3: Comunicação Alternativa
- Módulo 4: Manejo Comportamental

2. Ambiente Inclusivo:

- Espaços adaptados com recursos visuais, áreas de descanso e materiais didáticos acessíveis.

3. Relatórios de Avaliação:

- Relatórios regulares sobre o progresso dos educadores e o impacto nas salas de aula.

A implementação deste projeto requer um planejamento cuidadoso, colaboração entre diversas partes interessadas e um compromisso contínuo com a formação e o desenvolvimento profissional dos educadores. Com essas ações, espera-se não apenas melhorar a formação dos professores, mas também promover uma cultura escolar inclusiva que beneficie todos os estudantes, especialmente aqueles com TEA.

O protótipo da solução inclui os seguintes componentes:

Módulo de Formação:

- Plataforma Online: Uma plataforma online que oferece cursos e workshops de formação continuada para educadores. O conteúdo inclui vídeos, artigos e exercícios práticos.
- Estrutura Modular: O curso é estruturado em módulos, cada um abordando uma área específica como comunicação, manejo de comportamentos, e estratégias de ensino diferenciadas.

Ambiente Inclusivo:

- Adaptação Física: O espaço físico das salas de aula é adaptado para incluir recursos como áreas de trabalho individual, espaços de relaxamento, e materiais de apoio.

- Recursos Pedagógicos: Recursos como materiais didáticos personalizados, Tecnologia Assistiva e ferramentas de Comunicação Alternativa são implementados para atender às necessidades específicas dos estudantes com TEA.

Sensibilização e Formação:

- Campanhas: Campanhas de sensibilização são realizadas através de palestras, workshops, e materiais impressos distribuídos para toda a comunidade escolar.

- Materiais Educativos: Materiais educativos como folhetos, vídeos, e apresentações são criados para informar sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças.

Monitoramento e Avaliação:

- Sistema de Feedback: Um sistema de feedback é estabelecido para que os educadores possam receber avaliações constantes sobre suas práticas.

- Indicadores de Desempenho: Indicadores de desempenho são estabelecidos para medir a eficácia das práticas implementadas, garantindo que as estratégias sejam adaptadas às especificidades dos estudantes.

A solução proposta visa transformar a educação na cidade do Rio de Janeiro, alinhando-se às diretrizes do plano estratégico da prefeitura e contribuindo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A implementação dessa iniciativa não apenas melhora a qualidade da educação para estudantes com TEA, mas também fomenta uma cultura de inclusão e respeito à diversidade nas escolas.

2.4 Benefícios esperados

O programa de formação continuada é um dos aspectos das práticas inclusivas para o atendimento de estudantes com TEA na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro almeja benefícios significativos para o desenvolvimento educacional e social desses estudantes, bem como para o fortalecimento do corpo docente e a promoção de uma cultura inclusiva nas escolas. Os benefícios esperados podem ser organizados em dois eixos principais: benefícios para a sociedade e benefícios institucionais para a Prefeitura do Rio de Janeiro.

2.4.1 Benefícios para a Sociedade

- **Educação Inclusiva e de Qualidade:**

O programa promove a qualificação do corpo docente para atuar de forma inclusiva, garantindo que estudantes com TEA tenham acesso a uma educação de qualidade, adequada às suas necessidades. Esse aprimoramento contribui para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com TEA, favorecendo uma formação integral que respeita a diversidade.

- **Redução das Desigualdades Educacionais:**

A formação continuada dos educadores fomenta práticas que reduzem as desigualdades no ambiente escolar, proporcionando igualdade de oportunidades para estudantes com necessidades específicas. Ao promover a inclusão efetiva, o programa contribui para a construção de uma sociedade mais justa, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

- **Fortalecimento da Comunidade Escolar:**

O programa incentiva a participação da comunidade escolar, incluindo pais e funcionários, promovendo uma cultura de aceitação e respeito às diferenças. Isso resulta em um ambiente mais acolhedor e colaborativo.

- **Apoio às Famílias:**

Com professores mais bem preparados para atender estudantes com TEA, o programa oferece suporte valioso às famílias, aliviando preocupações quanto ao desenvolvimento e à inclusão escolar de seus filhos. Esse apoio institucional melhora a qualidade de vida das famílias, trazendo segurança ao saber que poderão contar com uma rede educacional inclusiva e eficiente.

- **Promoção do Bem-Estar Escolar:**

Ao abordar aspectos emocionais e sociais, o programa contribui para o bem-estar dos estudantes, promovendo uma educação que valoriza o desenvolvimento socioemocional e as interações sociais positivas, essenciais para uma experiência escolar saudável e significativa.

2.4.2 Benefícios para a Prefeitura

- **Alinhamento com Políticas Públicas:**
  O programa está em consonância com as diretrizes do Plano Estratégico da Prefeitura, que visa garantir uma educação inclusiva e equitativa. Isso fortalece a imagem da prefeitura como uma instituição comprometida com a inclusão social.
- **Eficiência no Uso dos Recursos:**
  Ao investir na formação dos educadores, a Prefeitura otimiza o uso dos recursos destinados à educação, garantindo que sejam aplicados em iniciativas que promovam melhorias significativas na qualidade do ensino.
- **Cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):**
  O programa contribui para o cumprimento de vários ODS, como Educação de Qualidade (ODS 4) e Redução das Desigualdades (ODS 10), posicionando a Prefeitura como uma referência em práticas sustentáveis e inclusivas.
- **Melhoria da Imagem Institucional:**
  A implementação de um projeto eficaz de formação pode melhorar a percepção pública sobre a qualidade da educação municipal, aumentando a confiança da população nas políticas educacionais da Prefeitura.
- **Desenvolvimento de Capacidades Locais:**
  A formação continuada dos educadores desenvolve habilidades locais e fortalece o capital humano na área da educação, resultando em um corpo docente mais qualificado e preparado para enfrentar os desafios da inclusão.
  A implementação deste projeto não apenas beneficiará diretamente os estudantes com TEA, mas também contribuirá para o fortalecimento da rede municipal de ensino e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Ao investir na formação continuada das professoras e professores, a prefeitura estará dando um passo importante em direção à promoção da justiça social e ao respeito à diversidade nas escolas.

2.5 Plano de Ação

Implementação da Solução Proposta

Para implementar o Programa de formação de profissionais educadores no atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), serão necessárias várias etapas e

recursos. A seguir, apresentamos o “como” a ideia pode ser implementada, detalhando os requisitos e ações necessárias.

1. Desenvolvimento do Currículo de formação

- Conteúdo Programático: Criar um currículo abrangente que inclua tópicos como:

- Características do TEA

- Metodologias inclusivas

- Estratégias de comunicação alternativa

- Manejo de comportamentos desafiadores

- Formato: O curso será oferecido em formatos presencial e online, permitindo flexibilidade para os educadores.

2. Seleção de Instrutores e Especialistas

- Equipe de Formadores: Recrutar profissionais qualificados e experientes em educação inclusiva e TEA para conduzir as formações. Dentro da própria rede Municipal conseguimos encontrar profissionais capacitados para integrar o time de multiplicadores. São poucos, mas podemos engajá-los a participarem desta nova fase de Educação Inclusiva com foco no TEA.

- Parcerias: Estabelecer parcerias com universidades e instituições especializadas para garantir a qualidade do conteúdo.

3. Formação dos Educadores

- Treinamentos: Realizar sessões de formação contínua, que podem incluir workshops, palestras e práticas em sala de aula.

- Avaliação: Implementar avaliações periódicas para medir a eficácia da formação e o progresso dos educadores.

4. Criação de Ambientes Inclusivos nas Escolas

- Adaptação Física: Trabalhar em conjunto com as escolas para adaptar o espaço físico, garantindo que seja acessível e acolhedor para todos os estudantes.

- Recursos Pedagógicos: Fornecer materiais didáticos e tecnológicos que favoreçam a inclusão, como ferramentas de comunicação alternativa.

5. Sensibilização da Comunidade Escolar

- Campanhas de Conscientização: Desenvolver campanhas para sensibilizar pais, estudantes e funcionários sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças.

- Eventos Comunitários: Organizar eventos que promovam a interação entre estudantes com TEA e seus colegas, fortalecendo a cultura de aceitação.

6. Monitoramento e Avaliação Contínua

- Sistema de Feedback: Estabelecer um sistema para coletar feedback dos educadores sobre a formação recebida e sua aplicação prática.

- Indicadores de Sucesso: Definir indicadores claros para avaliar o impacto do projeto na inclusão dos estudantes com TEA nas escolas.

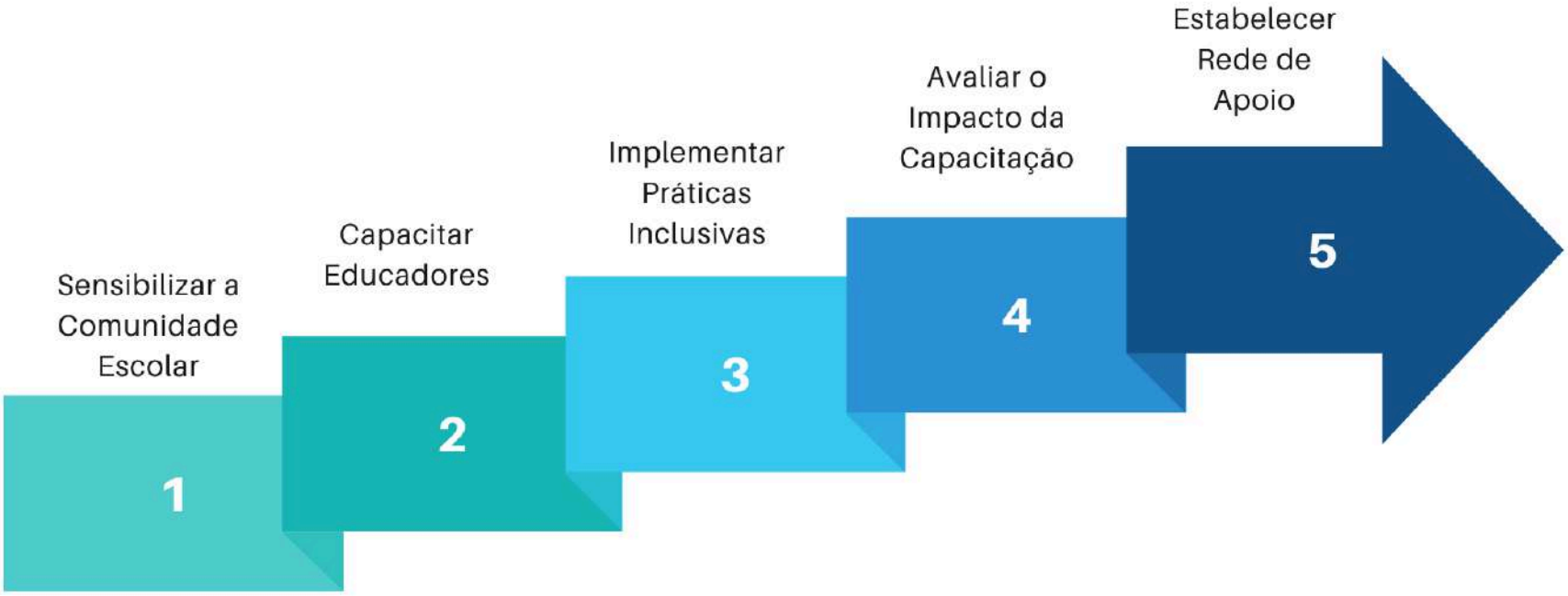
2.5.1 Matriz de Stakeholders

Rio
PREFEITURA

COPPEAD
UFRJ

AÇÕES, ATIVIDADES E METAS NECESSÁRIAS PARA IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA

Fases para implantação



Rio
PREFEITURA

COPPEAD
UFRJ

DETALHAMENTO DE CADA FASE/ETAPA

1	2	3	4	5
Realizar 3 eventos de sensibilização sobre TEA para pais e comunidade escolar.	Realizar um curso de capacitação sobre metodologias inclusivas para todos os professores regulares da Escola Piloto	Criar e aplicar 5 práticas pedagógicas adaptadas para alunos com TEA nas salas de aula.	Realizar avaliações trimestrais para medir o impacto da capacitação no desempenho dos alunos.	Criar uma rede de apoio entre educadores para troca de experiências e práticas inclusivas.

Rio PREFEITURA

COPPEAD UFRJ

MENSURAÇÃO EM CADA FASE/ETAPA

Número de educadores a serem capacitados	Práticas Inclusivas a ser implantada	Avaliação do Impacto da Capacitação	Rede de Apoio a ser estabelecida	Engajamento da Comunidade Escolar
100% dos professores da Escola Piloto durante a implementação.	Formação Continuada de Educadores; Sensibilização da Comunidade Escolar	Mudanças nas Práticas Pedagógicas	Professores e Educadores; Gestores Escolares	Campanhas de Sensibilização durante todo o Programa; Workshops e Palestras.
Na expansão do Programa aproximadamente 1560 professores da Rede (distribuídos pelas 11 CRES)	Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA); Ambientes de Aprendizagem Inclusiva	Desempenho dos Alunos com TEA	Especialistas em Educação Inclusiva; Instituições de Ensino Superior e Pesquisa	Envolvimento dos Pais; Reuniões Regulares; Criação de Redes Locais; Eventos Comunitários.
	Monitoramento e Avaliação Contínua	Satisfação da Comunidade Escolar	Secretaria de Educação	Grupos de Apoio entre Professores; Mentoria entre Educadores.
	Integração com Recursos Externos	Monitoramento Contínuo	Organizações Não Governamentais (ONGs)	Parcerias com Profissionais da Saúde; Consultoria Contínua.
	Criação de Grupos de Apoio e Troca de Experiências	Alinhamento com Políticas Públicas	Famílias	Feedback e Avaliação Contínua; Sistema de Avaliação; Relatórios de Progresso; Promoção de Ambientes Inclusivos ; Recursos Pedagógicos Inclusivos.

Rio
PREFEITURA

COPPEAD
UFRJ

PROJETO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES DE SALAS REGULARES FOCADOS NO ATENDIMENTO A ALUNOS COM TEA.

FASE 1
Mapeamento até 31/03/2025

CONCLUSÃO
Até 30/04/2025 - Capacitação ..... educadores.

FASE 2
De 03/2025 Até 31/12/2025

FASE 3
Início em 01/06/2025, até 31/12/2026

FASE 4
Até 31/12/2025

FASE 5
De 30/06/2026 até 31/12/2025

2.5.2 Ferramenta 5W2H

- **O que? (What)**

Desenvolver um projeto de formação para educadores da rede municipal do Rio de Janeiro, focado no atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O projeto incluirá formação continuada, criação de ambientes inclusivos e sensibilização da comunidade escolar, conforme **Anexo I - Ementa do Curso de formação**.

- **Por que? (Why)**

A formação é necessária devido à inadequação do corpo docente em atender às necessidades dos estudantes com TEA, conforme evidenciado pelo material levantado na rede e em pesquisas de domínio público, mostram que 93,5% dos professores regentes não possuem formação continuada em Educação Especial. A inclusão é um direito garantido por lei e fundamental para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.

- **Quem? (Who)**

O projeto será implementado pela equipe de educadores da rede municipal, incluindo professores regentes e do Atendimento Educacional Especializado, com a colaboração de especialistas em educação inclusiva e instituições parceiras.

- **Onde? (Where)**

As atividades de formação ocorrerão nas escolas municipais do Rio de Janeiro, utilizando tanto espaços físicos das instituições quanto plataformas online para formação contínua. De antemão, sugerimos a utilização de espaços já existentes nos equipamentos públicos municipais, tais como o IHA; a EPF, que já mantém uma parceria com a finalidade de cursos, palestras, mas não com a mesma profundidade e carga horária proposta para uma certificação de formação acadêmica e com o grau de especificidade que o tema proposto neste projeto requer.

- **Quando? (When)**

O projeto será implementado ao longo do ano letivo de 2025, com início previsto já no início do ano letivo. As formações serão realizadas em módulos trimestrais, permitindo avaliações contínuas e ajustes conforme necessário.

- **Como? (How)**

  A implementação incluirá:

  - ❖ Infraestrutura da Unidade: adaptação sensorial, obras e reformas.
  - ❖ Desenvolvimento do Currículo: Criação de um currículo específico sobre TEA com módulos teóricos e práticos.
  - ❖ Formação Presencial e Online: Oferecer workshops, palestras e treinamentos práticos.
  - ❖ Monitoramento e Avaliação: Estabelecer um sistema de feedback para avaliar a eficácia da formação e fazer ajustes contínuos.
  - ❖ Sensibilização da Comunidade: Realizar campanhas educativas para pais e funcionários sobre a importância da inclusão.

- **Quanto? (How much)**

O orçamento estimado para a implementação do projeto inclui custos com materiais didáticos, honorários dos formadores, adaptação dos espaços físicos e recursos tecnológicos por sala de aula.

❖ **Materiais Pedagógicos Adaptados:**

Incluem recursos como livros acessíveis, jogos educativos, fichas de comunicação visual e outros materiais para atender às necessidades específicas dos estudantes incluídos.

O custo médio estimado para suprir uma escola piloto com esses itens é de R$10.000,00 (dez mil reais).

❖ **Materiais Tecnológicos com Acessibilidade:**

Engloba dispositivos como tablets com softwares de comunicação alternativa, fones de ouvido com cancelamento de ruído e projetores de acessibilidade visual.

Estima-se um investimento de R$15.000,00 (quinze mil reais) para a unidade piloto.

❖ **Adaptação do Ambiente Escolar -** As adequações estruturais incluem a instalação de:

➔ Piso tátil: R$8.000,00 (oito mil reais).

- ➔ Banheiros adaptados com barras de apoio e lavatórios acessíveis: R$12.000,00 (doze mil reais).
- ➔ Materiais didáticos - R$17.000,00 (dezessete mil reais).
- ➔ Mobiliário adaptado (mesas, cadeiras ergométricas ou ajustáveis) -R$8.000,00 (oito mil reais), partindo do princípio conter apenas 4 alunos com TEA por sala de aula.
- ➔ Reformas completas com alta tecnologia de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a R$ 100.000,00 (cem mil reais);

Estimando o valor aproximado de R$145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais) para esta adaptação.

❖ **Acessibilidade Comunicacional:**

Produção e instalação de banners com instruções claras e visuais sobre a rotina escolar, bem como placas de identificação de salas e espaços, bem como campanhas de sensibilização.

- ➔ Material e Suprimentos para salas mais equipadas e com Tecnologia assistiva (Materiais de arte; Materiais de educação; Equipamentos de comunicação; Espaço Sensorial) - R$15.000,00 (quinze mil reais).
- ➔ Despesas Administrativas (Contas de telefone e internet; Materiais de escritório) - R$10.000,00 (dez mil reais).
- ➔ Despesas para a campanha de sensibilização incluindo duas palestras por mês ao longo do primeiro ano - R$27.680,00 (vinte e sete mil e seiscentos e oitenta reais).

O custo estimado para essas intervenções é de R$52.680,00 (cinquenta e dois mil e seiscentos e oitenta reais).

❖ **Honorários dos Formadores:**

Baseando-se na Tabela Referencial de Remuneração da Prefeitura do Rio de Janeiro **(Anexo II)** para prestadores de serviço na área de formação de recursos humanos, estima-se o custo total para a formação em R$ 6.180,00 (seis mil e cento e oitenta reais). **No entanto, considerando valores de mercado, como as diárias do CNPQ[5] de R$320,00, o custo**

[5] https://memoria.cnpq.br/diarias-para-auxilios

ajustado para a carga horária total proposta é de R$19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).

Neste item, consideramos os valores mais indicados os referentes e praticados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tendo em vista a necessidade de trazer parceiros com expertise no tema a ser desenvolvido junto à Rede.

❖ **Total Estimado do Projeto Piloto**

O investimento estimado para a implementação do projeto em uma escola piloto, abrangendo materiais pedagógicos e tecnológicos adaptados, adequações físicas e acessibilidade comunicacional, representa um passo essencial para garantir a inclusão efetiva de estudantes com necessidades específicas. Esses recursos não apenas atendem às exigências legais de acessibilidade, mas também promovem o engajamento acadêmico, a autonomia e o bem-estar dos estudantes, assegurando um ambiente educacional equitativo.

Neste sentido, o investimento total para implementar o projeto em uma escola piloto é de **aproximadamente R$241.880,00 (duzentos e quarenta e hum mil e oitocentos e oitenta reais)**.

Ao alocar esse recurso para o desenvolvimento dessa iniciativa, reafirma-se o compromisso da gestão pública com a construção de uma educação inclusiva, capaz de responder às demandas da diversidade e contribuir para a transformação social. Tal investimento, além de alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fortalece a formação docente e prepara a rede municipal para replicar boas práticas, consolidando um modelo de ensino acessível e de qualidade.

2.6 Conclusão

O projeto destaca a necessidade urgente de qualificação do corpo docente da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro para atender de forma eficaz às demandas específicas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os dados da pesquisa indicam que um número significativo de professores não possui formação continuada em Educação Especial, o que limita a efetividade do processo inclusivo e prejudica o pleno desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes. Essa carência formativa evidencia um desafio estrutural que demanda ações estratégicas e imediatas para assegurar uma educação equitativa e inclusiva.

Em resposta a esse desafio, propusemos a criação de uma formação continuada para educadores, focado em metodologias inclusivas e práticas pedagógicas acessíveis. Essa formação visa equipar os professores com as habilidades necessárias para atender os estudantes com TEA, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo. A implementação deste projeto não apenas contribuirá para a melhoria da qualidade da educação, mas também fortalecerá a rede municipal, alinhando-se às diretrizes do Plano Estratégico da Prefeitura e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A inclusão escolar deve ir além da simples presença na sala de aula, buscando garantir que todos os estudantes, incluindo aqueles com TEA, alcancem seu pleno potencial de aprendizagem e desenvolvimento. A escola deve ser um ambiente acolhedor e inclusivo, adaptando-se para atender às necessidades de todos os seus estudantes.

Nesse sentido, esse projeto representa uma resposta estratégica e integrada às demandas da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, enfrentando os desafios associados à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras necessidades específicas de aprendizagem. Por meio de ações articuladas, como formação continuada para professores, adequação dos espaços escolares e promoção de práticas pedagógicas inclusivas, a proposta busca consolidar um modelo educacional acessível, equitativo e de qualidade. Os investimentos planejados, aliados à colaboração intersetorial e à sensibilização da comunidade escolar, reforçam o compromisso com uma educação que respeite a diversidade e promova o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. Assim, o projeto não apenas fortalece as políticas públicas de inclusão, mas também posiciona a cidade do Rio de Janeiro como referência na implementação de práticas educacionais inovadoras, alinhadas aos princípios da equidade e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, M. O. **Práticas pedagógicas desenvolvidas com estudantes com transtorno do espectro autista na escola regular: uma revisão integrativa da literatura**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. Decreto Federal n. 8.368/2014, de 02 de dezembro de 2014. **Regulamenta a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 03 dez. 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.

BERSH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva.** CEDI - Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil, Porto Alegre/RS, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pd.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. Revista de Educação – Educere, v. 2, n. 4, p. 113-128, jul.dez. 2007.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre, Editora Mediação, 2008. Comitê de Ajudas Técnicas (CAT)- Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/noticias/comite-de-ajudas-tecnicas-debate-acoes-para-20112012

CNRTA – Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva – CTI Renato Archer (org.). Reflexões sobre tecnologia assistiva. I Simpósio Internacional de Tecnologia Assistiva. Campinas: CNRTA-CTI, 2014. Disponível em: http://www.cti.gov.bt/imagens/noticias/2015/pdf/CNRTA_livro_150715_digital_final_segunda_versao.pdf. Acesso em: set.2024.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; BORGES, Monna Michelle Faleiros da cunha. Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2009.

GALVÃO FILHO, T. A. **Tecnologia Assistiva para uma escola inclusiva: apropriação demanda e perspectiva.** 2009. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2009.

GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva**. In: GLAT, R. (org.). *Educação Inclusiva:* cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007. p. 15-35. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI).

GLAT, R.; PLETSCH, M. D.; FONTES, R. de S. Panorama da educação inclusiva no município do Rio de Janeiro. Educ. Real., Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 123-136, 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432009000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 out. 2024.

FERREIRA, S. A. M. **Sala de Recursos Multifuncionais: Inclusão ou exclusão escolar?** Revista História e Diversidade, Vol. 2, nº1, 2013.

KASSAR, M.C.M. **Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva.** Revista Brasileira de Educação Especial, [*s.l.*], v. 17, p. 41-58, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ rbee/v17nspe1/05.pdf. Acesso em: 01 nov. 2018.

KASSAR, M. C. M. **Escola como Espaço para a Diversidade e o Desenvolvimento Humano**. Educação e Sociedade, [*online*], v. 37, n. 137, p. 1223-1240, 2016.

MANTOAN, M. T. E. I**nclusão escolar o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, Summus editora, 2015.

NUNES, C.; MADUREIRA, I. **Desenho Universal para a Aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas**. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa Da Investigação às Práticas, 5(2), 126– 143, 2015.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em set. de 2024.

PLETSCH, M. D.; ARAUJO, D. F.; LIMA, M. F. C. **Experiências de formação continuada de professores: possibilidades para efetivar a inclusão escolar de estudantes com deficiência intelectual.** In: Periferia. Educação, Cultura & Comunicação. v.9 n.1 jan-jun 2017.

PLETSCH, M. D. *et al*. (org.). **Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem**. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia; Rio de Janeiro: ANPEd, 2021. (Coleção Acessibilidade e Desenho Universal na Educação). DOI: https://doi.org/10.52695/978-65-88977-32-3. Disponível em: https://encontrografia.com/978-65-88977-32-3/. Acesso em: 06 set. 2024.

SÁ, M. R. C.; PLETSCH, M. D. **Programas intersetoriais para crianças com deficiência: será a escola o lócus ideal para o desenvolvimento dessas ações**? In: Alinhavos sobre a Educação

Especial na perspectiva Inclusiva. [recurso eletrônico] / organizador: Rafael Soares Silva. - Santo Ângelo: Metrics, 2021. 345 p. (p. 33-52).

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão Constituindo uma Sociedade para Todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SONZA, A. P. (Org). **Acessibilidade e Tecnologia Assistiva: pensando na inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais.** [et.al.] 2013.

ANEXOS

ANEXO I - EMENTA DO CURSO DE FORMAÇÃO

Formação para Profissionais da Educação Básica com foco na inclusão e cidadania de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na perspectiva da educação Inclusiva

Guia do Curso

Público-alvo: Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais)

Carga horária quinzenal: 03 horas

Modalidade: Ensino presencial (Extensão)

Período letivo: 20 de fevereiro a 20 de novembro de 2025

Duração do curso: 10 meses

Carga horária: 60 horas

Apresentação do curso

Considerando que atualmente o número de matrículas de estudantes com deficiência tem aumentado e que grande parte dos professores não teve, em sua formação inicial, acesso a informações relativas à pessoa com deficiência, o curso de formação continuada para professores da educação básica com foco nos estudantes público alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência; transtorno do espectro do autismo; altas habilidades/superdotação ou com deficiência múltipla), mas especificamente de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na perspectiva da educação Inclusiva, tem por objetivo refletir sobre aspectos da inclusão voltados para estudantes com TEA no ambiente escolar, além de formar profissionais da educação básica para desenvolver ferramentas de ensino com vistas à educação especial e inclusiva. O curso se propõe intensificar a formação do professor nas diferentes áreas que permeiam o contexto escolar, buscando incentivar o docente a repensar sua ação pedagógica, estabelecer um novo olhar sobre os

limites e possibilidades de cada estudante e estimular o uso de recursos das TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) fomentando, assim, a criação de novas práticas pedagógicas.

Antecedendo as práticas, faz-se necessário conhecer e refletir acerca de conceitos e valores sobre as pessoas com deficiência, que em decorrência de suas diferenças, são únicas, mesmo que apresentem a mesma deficiência que outro estudante. Todos os estudantes possuem suas peculiaridades, que muito contribuem para a formação de uma sociedade tão rica em suas diversas características.

Pretendemos, com este curso de formação continuada, auxiliar nossos cursistas quanto à relevância da temática no contexto educacional e provocar o desejo de buscar novos conhecimentos, como características, potencialidades e eficiências dos estudantes com TEA e a utilização, na sala de aula, de recursos e apoios pedagógicos acessíveis ao seu modo particular de acesso à aprendizagem. Será oferecido na modalidade de ensino presencial, sendo organizado por módulos, com cronograma prévio. As ferramentas pedagógicas utilizadas serão textos, vídeos, fóruns de discussões, rodas de conversas e reuniões online.

Desta forma serão: 6h mensais (2 aulas quinzenais de 3h cada semana) em 10 meses, totalizando 60h. Serão 19 semanas e um total de 57h de curso presencial, 3h de atividade complementar (assíncrona) e avaliação final (online). Em julho só ocorrerá 1 encontro pois é recesso na segunda quinzena.

Objetivo:

Refletir sobre a inclusão de estudantes com TEA (Transtorno do Espectro Autista), público da Educação Especial, em turmas do ensino regular, vislumbrando a construção de propostas de ensino inclusivas, bem como a garantia de direitos e cidadania, para além de seu processo de aprendizagem.

Ementa:

O curso é composto por três partes, com carga total de 60 horas, de acordo com a seguinte estrutura:

- Educação Especial e políticas públicas;

■ Formação profissional e acessibilidade curricular;

■ Inclusão e aprendizagem escolar: conceitos e suas formas múltiplas;

Durante o curso será fornecido um grupo de textos teóricos que fundamentam o assunto e um conjunto de dinâmicas para serem realizadas pelo cursista.

OBS: Os prazos para a entrega das atividades serão estipulados no decorrer do curso, na sala de aula. Para tanto dividimos o curso em três partes, conforme a estrutura abaixo:

Estrutura do Curso:

A primeira parte faz uma introdução sobre inclusão e aprendizagem escolar, partindo do histórico da Educação Especial até a Educação Inclusiva, seguindo para políticas públicas e legislação.

Já na segunda parte, damos ênfase a sala de aula, através de aspectos como a acessibilidade através da flexibilização e suporte educacional, mediação pedagógica, uma visão geral e introdutória sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA), abordando conceitos, características, tratamentos, educação e família, com fundamentação teórica, relatos de experiências de profissionais das áreas da saúde e educação, entre outros na perspectiva da garantia de direitos para inclusão e cidadania, além da importância e elaboração do Planejamento Educacional Individualizado (PEI).

E por fim, teremos a parte 3, que traz as orientações gerais para a elaboração de material pedagógico acessível, as Tecnologias Assistivas e comunicação alternativa, o DUA – Desenho Universal para Aprendizagem, que hoje são assuntos de fundamental importância em nossa prática educacional.

O curso é composto por diversas atividades: leituras de textos, vídeos, atividades interativas e individuais, que fazem refletir e aprender um pouco mais sobre a temática.

METODOLOGIA:

A metodologia a ser utilizada contará com:

- aulas expositivas, ilustradas por variados exemplos pedagógicos;
- leituras e atividades, que pontuarão discussões e avaliação de tarefas.

A formação do professor e toda equipe que trabalha com o estudante com deficiência ou necessidades específicas de aprendizagem, é de fundamental importância no processo ensino aprendizagem.

AVALIAÇÃO:

Serão avaliadas as participações em todas as atividades e discussões entre participantes, mediadora e consultor. As avaliações ocorrerão no decorrer do curso, a partir das discussões e atividades desenvolvidas. A cada encontro haverá uma atividade para ser realizada, com prazo determinado para entrega, caso o participante não consiga atender a essa demanda, deverá comunicar ao mediador. Mas é interessante cumprir o prazo proposto para que a aprendizagem seja significativa para toda turma. Todas as atividades propostas deverão ser realizadas até a última semana do curso, não podendo ser estendida.

Cronograma da Formação Continuada

PRIMEIRA PARTE

Conteúdos	Horas
Apresentação dos cursistas, da equipe e diagnose do curso. Primeiras Impressões dos cursistas sobre Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (semana 1: 20/02 – 27/02)	**3h**
Da Educação Especial à Educação Inclusiva (semana 2: 27/02 – 05/03)	**3h**
Políticas e Legislação para Educação Inclusiva (semana 3)	**3h**
Formação do professor e de toda equipe educacional/ Suportes da Educação Especial (semana 4)	**3h**

Total de carga horária:	**12h**

PARTE 2

Conteúdos	Horas
A diversidade na sala de aula (semana 5)	**3h**
O espectro do autismo: definições conceituais, histórico, classificação, aspectos legais (semana 6)	**3h**
Mediação Pedagógica (semana 7)	**3h**
Acessibilidade à escola e ao currículo (semana 8)	**3h**
Diferenciação Pedagógica (semana 9)	**3h**
Ensino Colaborativo (semana 10)	**3h**
Flexibilização Curricular (semana 11)	**3h**
Plano Educacional Individualizado (PEI): conceitos fundamentais (semana 12)	**3h**
PEI como ação docente colaborativa (semana 13)	**3h**
Total de carga horária:	**27h**

PARTE 3

Conteúdos	Horas
Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa (semana 14)	**3h**

Desenho Universal para a Aprendizagem DUA (semana 15)	**3h**
Elaboração e produção de material pedagógico (semana 16)	**3h**
O uso de tecnologias assistivas no contexto da sala de aula (semana 17)	**3h**
Inclusão escolar do estudante com transtorno do espectro autista (semana 18)	**3h**
Avaliação pedagógica para estudantes com deficiência (semana 19)	**3h**
Encerramento do curso com apresentação da avaliação final	**3h**
Total de carga horária:	**21h**

Período letivo: fevereiro até novembro de 2025

- Duração do curso: 10 meses
- Carga horária: 60h
- Modalidade: presencial (57h) e 3h (assíncronas)

A partir do início do período letivo os cursistas deverão iniciar o curso, entrar em contato com o material didático e entregar as atividades dentro do prazo proposto. Cada temática tem sua dinâmica própria, mas cabe ao cursista definir quando é mais adequado estudar, respeitando os prazos definidos no cronograma.

- Vagas: 1560 professores da Rede (divisão pelas 11 CRES)

ESTIMATIVA DE CUSTO

FONTE DE REFERÊNCIA UTILIZADA: TABELA REFERENCIAL DE REMUNERAÇÃO DE H/A PARA PRESTADORES DE SERVIÇO NA ÁREA DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS/2013 - D.O.RIO Nº 155 DE 29/10/2013 - PÁGINA 17 – 3ª COLUNA:

- Valor hora aula: R$ 103,00 (cento e três reais)
- Total de carga horária – 60 h/a;
- Total da formação: R$6.180,00 (seis mil e cento e oitenta reais).

FONTE DE REFERÊNCIA UTILIZADA: VALORES DE DIÁRIAS PARA AUXÍLIOS NO PAÍS SEGUNDO O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNÓLÓGICO - CNPQ

- Valor hora aula: R$ 320,00 (trezentos e vinte reais)
- Total de carga horária – 60 h/a;
- Total da formação: R$19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).

COMPARATIVO DAS FONTES DE CONSULTA PARA PAGAMENTO DE HORA/AULA	
TABELA REFERENCIAL DE REMUNERAÇÃO DE H/A PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO	**CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ[6]**
R$ 6.180,00	**R$ 19.200,00**

Considerando que este projeto visa uma formação onde será necessário contatar profissionais com notório reconhecimento acerca do tema, adotaremos para esta estimativa da H/A, a tabela do CPNP, por ser mais real a prática do mercado.

[6] https://memoria.cnpq.br/diarias-para-auxilios

ANEXO II - TABELA REFERENCIAL DE REMUNERAÇÃO DE H/A PARA PRESTADORES DE SERVIÇO NA ÁREA DE formação DE RECURSOS HUMANOS/2013 - D.O.RIO Nº 155 DE 29/10/2013 - PÁGINA 17 – 3ª COLUNA.

TABELA REFERENCIAL DE REMUNERAÇÃO DE H/A PARA PRESTADORES DE SERVIÇO NA ÁREA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS/2013
D.O.RIO Nº 155 DE 29/10/2013 - PÁGINA 17 – 3ª COLUNA
PROCESSO 05/003.314/2013

PALESTRAS ISOLADAS / COMPOSIÇÃO DE MESAS REDONDAS E CONSULTORIAS		VALOR HORA / AULA (TETO) R$
PALESTRANTES/ CONFERENCISTAS / CONSULTORES	DOUTOR / MESTRE	250,00
	PÓS-GRADUADO	220,00
	GRADUADO	145,00
	MODERADOR / COORDENADOR	103,00
CURSOS, OFICINAS, VIVÊNCIAS, WORKSHOPS, REUNIÕES TÉCNICAS.		VALOR HORA / AULA (TETO) R$
INSTRUTORES/ DINAMIZADORES/ OFICINEIROS / AUXILIARES	DOUTOR / MESTRE	103,00
	PÓS-GRADUADO	88,00
	GRADUADO	72,00
	PROFISSIONAL SEM NÍVEL SUPERIOR	50,00

ANEXO III - Campanha de Sensibilização.

CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO RIO DE JANEIRO

Escola Piloto:Unidade Educacional Ginásio Educacional Tecnológico Pedro Ernesto

Rio
PREFEITURA

COPPEAD
UFRJ

Introdução

OBJETIVO:

Engajar funcionários, alunos, familiares e a comunidade na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), promovendo um ambiente escolar acolhedor e respeitoso.

Rio
PREFEITURA

COPPEAD
UFRJ

Fases da Campanha:

01 Planejamento e Preparação

Duração: 2 semanas

Atividades:

- Formar uma comissão organizadora com representantes de professores, pais, alunos e especialistas em inclusão.
- Definir metas e objetivos claros para a campanha.
- Criar um cronograma de atividades e eventos.

02 Sensibilização Inicial

Duração: 1 semana

Atividades:

- Realizar uma palestra inaugural com um especialista em TEA para educar sobre o transtorno e a importância da inclusão.
- Distribuir materiais informativos (folders, cartazes) sobre TEA e inclusão nas escolas.
- Criar um mural informativo nas escolas com depoimentos de alunos com TEA e suas experiências.

Rio
PREFEITURA

COPPEAD
UFRJ

Fases da Campanha:

03 Engajamento da Comunidade Escolar

Duração: 3 semanas

Atividades:

- Organizar workshops para professores sobre estratégias de ensino inclusivo.
- Promover encontros entre pais de alunos com TEA e outros pais para compartilhar experiências e estratégias de apoio.
- Criar grupos de discussão online para troca de informações e suporte entre as famílias.

04 Atividades Interativas

Duração: 2 semanas

Atividades:

- Realizar uma semana de atividades lúdicas, onde cada dia é dedicado a uma atividade que promove a inclusão (ex.: jogos cooperativos, teatro inclusivo).
- Incentivar os alunos a participar de um concurso de redação ou arte sobre o tema da inclusão.
- Organizar um dia aberto na escola, onde familiares podem conhecer as práticas inclusivas implementadas.

Rio
PREFEITURA

COPPEAD
UFRJ

Fases da Campanha:

05 Avaliação e Feedback

Duração: 1 semana
Atividades:

- Aplicar questionários para coletar feedback dos participantes sobre as atividades realizadas.
- Organizar uma reunião final com a comissão organizadora para discutir os resultados da campanha e planejar ações futuras.
- Publicar um relatório com os resultados da campanha e depoimentos dos participantes.

06 Celebração e Reconhecimento

Duração: 1 semana
Atividades:

- Realizar um evento final para celebrar os resultados da campanha, com apresentações dos alunos sobre o que aprenderam.
- Reconhecer o esforço dos funcionários, alunos e famílias que se destacaram na promoção da inclusão.
- Distribuir certificados de participação para todos os envolvidos.

Rio
PREFEITURA

COPPEAD
UFRJ

Projeto EducaRIO

COMUNICAÇÃO DA CAMPANHA

Canais a Serem Utilizados.

Rio
PREFEITURA

COPPEAD
UFRJ

Redes sociais da Escola.

E-mails informativos enviados aos pais.

SEU ACESSO DIRETO COM A ESCOLA

Reuniões presenciais ou virtuais para engajamento contínuo.

Juntos pela Inclusão: Cada aluno é único e merece ser acolhido!

Rio
PREFEITURA

COPPEAD
UFRJ

Orçamento

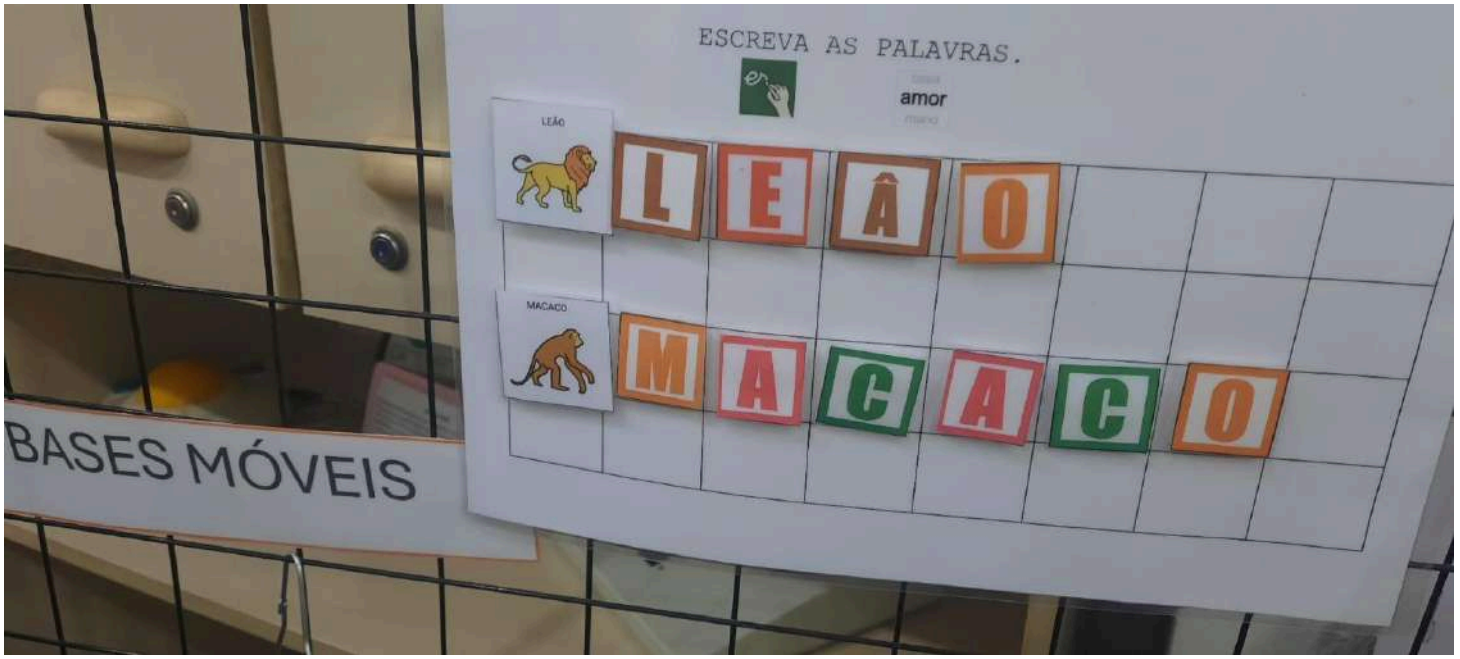
R$ 27.680,00

Despesas com Parcerias com organizações	Valor
Palestrantes e especialistas	R$ 7.680,00
Material de divulgação	R$ 3.000,00
Equipamentos de áudio e vídeo	R$ 4.000,00
Total	R$ 14.680,00

Despesas com Relatórios de impacto	Valor
Redes Sociais	R$ 2.000,00
Eventos	R$ 8.000,00
Materiais de divulgação	R$ 3.000,00
Total	R$ 13.000,00

ANEXO IV - Fotos da Visita ao Instituto Helena Antipoff.

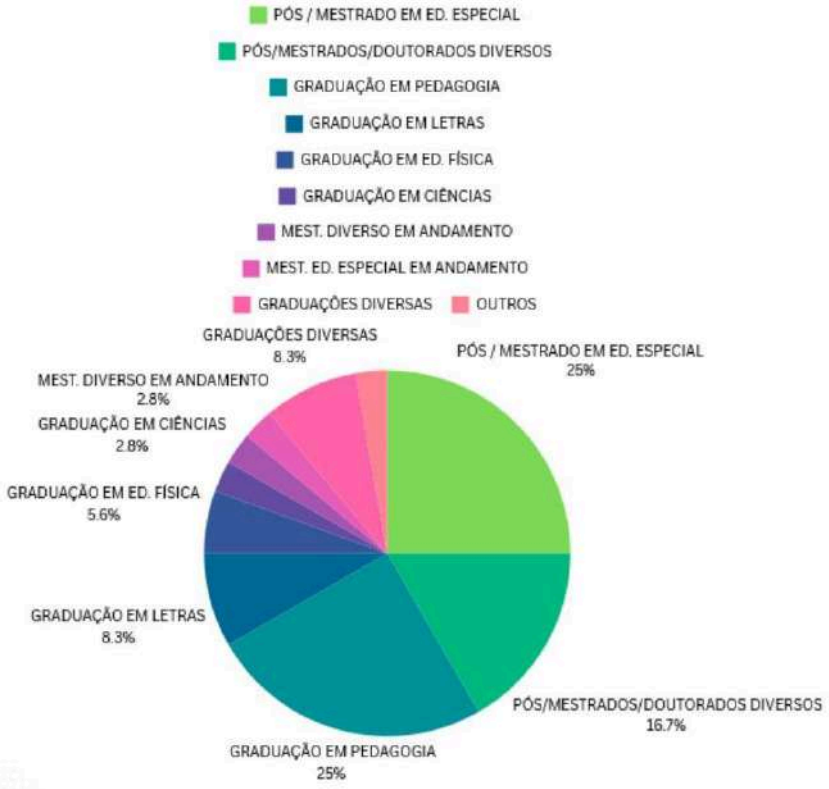
Materiais adaptados



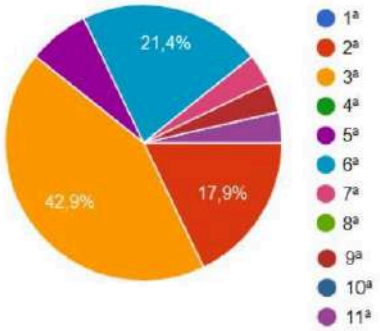
ANEXO V - Pesquisa de Campo.

Ocupação

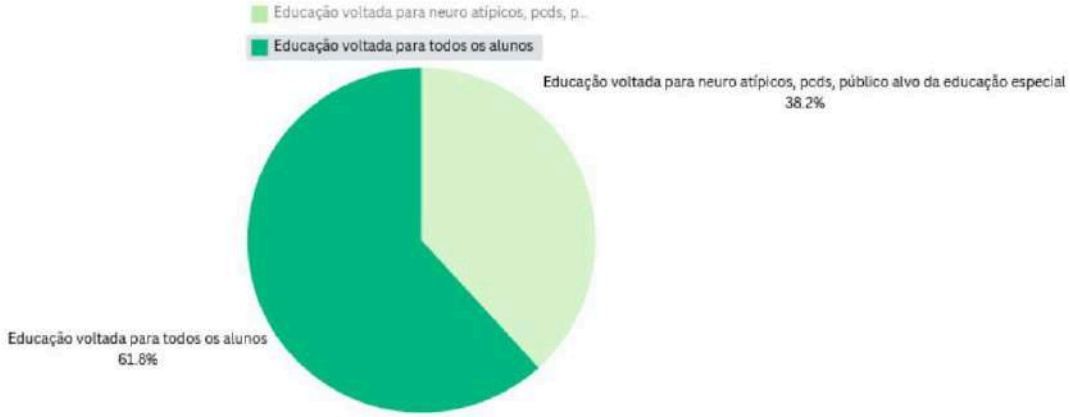
Formação



CRE



O que você entende por educação inclusiva?

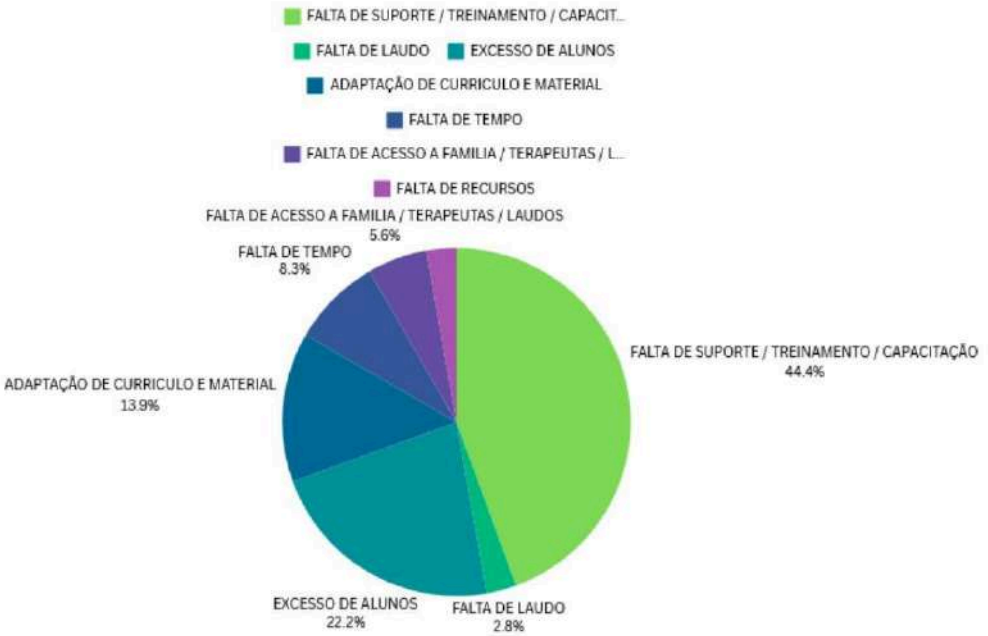


Descreva o trabalho que você desenvolve com alunos com deficiência:

- Inclusão social e afetiva, interação com o grupo
- Adaptação das atividades com os recursos disponíveis
- Atenção individualizada na medida do possível
- Atividades diferenciadas
- O trabalho de AEE(Atendimento Educacional Especializado) Pode ser exercido em variados contextos. É possível acompanhar o aluno em Itinerância, em atendimento individualizado ou em grupo em Sala de Recursos Multifuncional. Atualmente trabalho em SRM, na Escola Municipal Pedro Ernesto acompanho e faço atendimento de todos os alunos que são público alvo da Educação Especial da Escola. No total são 16 alunos do 1° ao 5°ANO do Ensino Fundamental. Em grande maioria temos os laudos de TEA(Transtorno do Espectro Autista) e os demais são caracterizados por DI/ DMU (Deficiência Física e Doenças Raras). AHS (Altas Habilidades e Superdotação). Os

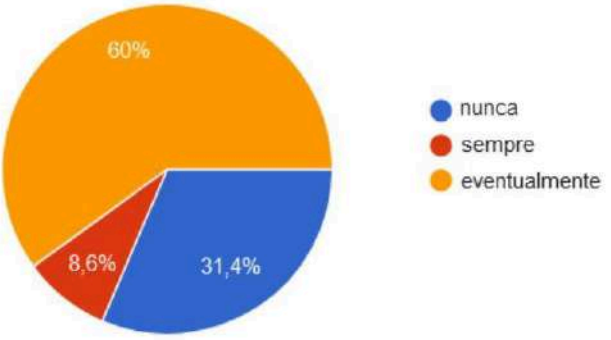
atendimentos em SRM são no próprio turno, já que a escola é de turno único. Organizo e colaboro com a elaboração do PEI(Plano Educacional Individualizado) junto aos docentes. Realizo adaptações de atividades e avaliações e estudo estratégias de acordo com necessidades específicas para cada aluno. O atendimento é realizado com base em observações, Intervenções e mediações que busquem dialogar com as possibilidades e habilidades de cada um. Busco compreender o aluno nos diferentes espaços e atividades da escola. Isto envolve conhecimentos sobre habilidades psicomotoras, cognitivas, Socioemocionais, alimentação, autocuidado e autonomia na rotina diária.

Descreva os maiores desafios no desenvolvimento do seu trabalho:

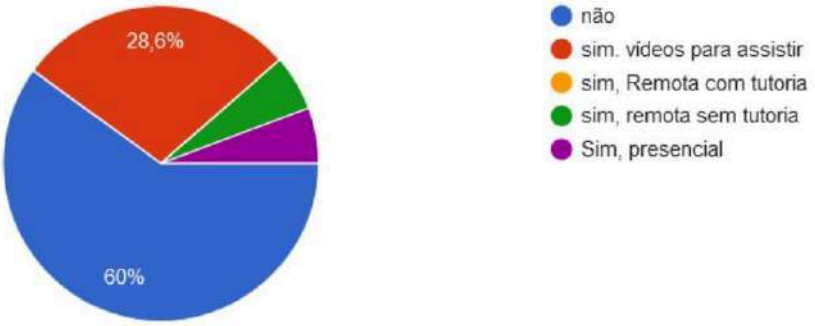


Você consegue identificar em sua sala de aula alunos que apresentam necessidades especiais (fonoaudiológica, cognitiva, baixa visão...), não laudados?

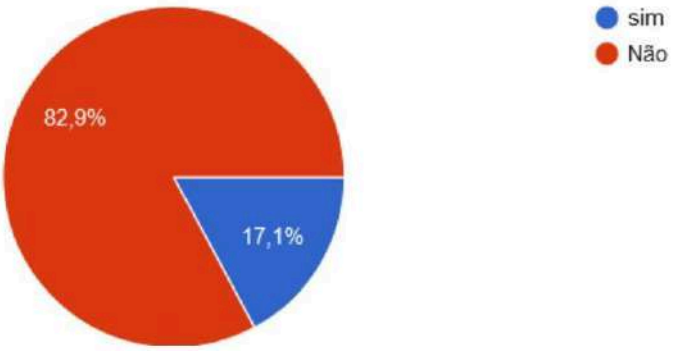
Você se sente habilitado a desempenhar a sua função junto a alunos com deficiência?



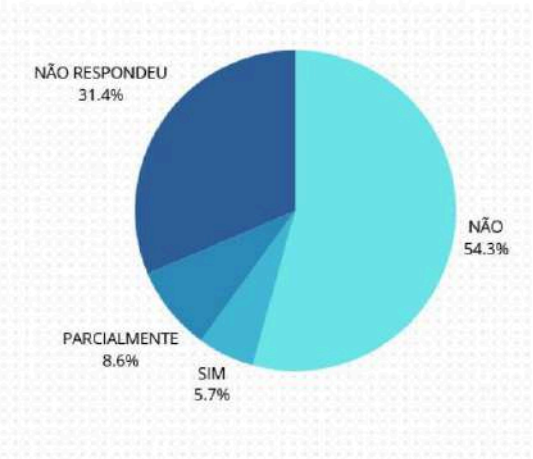
Você recebeu capacitação específica do seu empregador para desempenhar esta função?



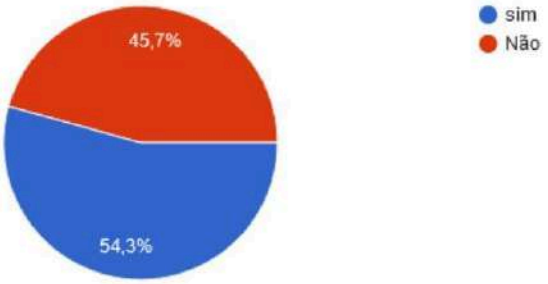
Caso tenha recebido a capacitação, ela atendeu às suas necessidades te auxiliando a desenvolver seu trabalho?



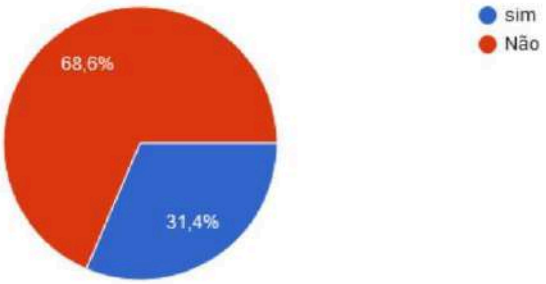
O seu local de trabalho tem acessibilidade para os diversos alunos público-alvo da educação especial?



O seu aluno com deficiência consegue ser incluído em todos os espaços da sua unidade escolar (sala de aula, pátio, refeitório, laboratório de ciências, colaboratório)?



O seu aluno com deficiência consegue ser incluído em todas as atividades realizadas pela turma? Se não, quais são os principais desafios?



ANEXO VI – Cronograma de Execução do Projeto EducaRIO: Práticas Inclusivas (Janeiro a Dezembro de 2025).

Período	Etapas	Ações
1º Trimestre	Planejamento e Estruturação	•Reuniões com stakeholders e definição das parcerias institucionais. •Desenvolvimento do currículo e materiais pedagógicos da formação. •Organização de campanhas de sensibilização (planejamento de conteúdo e canais de divulgação). •Adaptação inicial do ambiente físico na escola piloto (rampas, banheiros, sinalização acessível).
2º Trimestre	Sensibilização da Comunidade Escolar	•Campanhas educativas para pais, estudantes e funcionários sobre inclusão. •Palestras e oficinas introdutórias sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).
	Formação Continuada (Início)	•Módulo 1: Introdução ao TEA. •Módulo 2: Estratégias pedagógicas inclusivas.
3º Trimestre	Implementação e Monitoramento	•Continuação da formação continuada (Módulos 3 e 4: Comunicação alternativa e manejo comportamental). • Aplicação prática das estratégias pedagógicas na escola piloto. • Criação e uso de recursos tecnológicos e pedagógicos adaptados (ex.: materiais didáticos acessíveis e dispositivos assistivos). - Estabelecimento de espaços sensoriais e salas de silêncio.
4º Trimestre	Avaliação e Ajustes	• Feedback contínuo de professores e famílias sobre as práticas inclusivas implementadas. • Monitoramento do impacto das ações no desempenho e inclusão dos estudantes com TEA.
	Encerramento do Piloto	•Elaboração de relatório preliminar sobre os resultados alcançados. •Conclusão da formação continuada (certificação dos professores). •Ajustes finais no programa com base na análise do piloto. •Planejamento para expansão do projeto em outras escolas no próximo ano letivo.

ANEXO VII – Tabela Resumo de Custo Total do Programa EducaRio.

Materiais Pedagógicos Adaptados	R$ 10.000,00
Materiais Tecnológicos com Acessibilidade	R$ 15.000,00
Adaptação do Ambiente Escolar	
· Piso tátil: R$8.000,00 (oito mil reais). · Banheiros adaptados com barras de apoio e lavatórios acessíveis - R$12.000,00 (doze mil reais). · Materiais didáticos - R$17.000,00 (dezessete mil reais). · Mobiliário adaptado (mesas, cadeiras ergométricas ou ajustáveis) - R$8.000,00 (oito mil reais), partindo do princípio conter apenas 4 alunos com TEA por sala de aula. · Reformas completas com alta tecnologia de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a R$ 100.000,00 (cem mil reais);	R$ 145.000,00
Acessibilidade Comunicacional	
· Material e Suprimentos para salas mais equipadas e com Tecnologia assistiva (Materiais de arte; Materiais de educação; Equipamentos de comunicação; Espaço Sensorial) - R$15.000,00 (quinze mil reais). · Despesas Administrativas (Contas de telefone e internet; Materiais de escritório) - R$10.000,00 (dez mil reais). · Despesas para a campanha de sensibilização incluindo duas palestras por mês ao longo do primeiro ano - R$27.680,00 (vinte e sete mil e seiscentos e oitenta reais).	R$ 52.680,00
Honorários dos Formadores	R$ 19.200,00

Total R$ 241.880,00 (Duzentos e quarenta e um mil e oitocentos e oitenta reais)